



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EGP-PNAP – EAD/UAB



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - CEAD

Especialização em
GESTÃO PÚBLICA
(EGP-PNAP)
na modalidade a distância

PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*
PPC - PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Juazeiro do Norte, novembro de 2022



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EGP-PNAP – EAD/UAB

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Victor Godoy Veiga

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

REITOR

Prof. Ricardo Luiz Lange Ness

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)

Prof. Rodolfo Jacov Saraiva Lôbo

PRÓ-REITORA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS (PRAE)

Prof. Ledjane Lima Sobrinho

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO (PRPI)

Prof. Laura Hévila Inocêncio Leite

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO (PROEX)

Profa. Fabiana Aparecida Lazzarin

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO (PROAD)

Prof. Silvério de Paiva Freitas Jr.

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (PROPLAN)

Prof. Juscelino Pereira Silva

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP)

Prof. Mario Henrique Gomes Pacheco

PRÓ-REITOR DE CULTURA (PROCULT)

Prof. Francisco Weber dos Anjos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EGP-PNAP – EAD/UAB

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO

Profa. Dra. Maria Aparecida da Silva – UFAL
Prof. Dr. Dário de Oliveira Lima Filho – UFMS
Prof. Dr. Silvar Ribeiro – UnB
Prof. Dr. Anderson Castanha – UFJF
Prof. Dr. Marcos Tanure Sanabio – UFJF
Prof. Diego de Sousa Guerra
Prof. Milton Jarbas Rodrigues Chagas
Prof. Elias Pereira Lopes Junior
Prof. Marcone Venâncio da Silva
Técnico Antonio Batista de Lima Filho – UFCA

CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA/CEAD

Diretor CEAD-UFCA: Prof. Nilo Cesar Batista da Silva

ASSESSORIA TÉCNICO-PEDAGÓGICA

Diretor Adjunto CEAD-UFCA: Antonio Batista de Lima Filho



Sumário

1. APRESENTAÇÃO	6
1.1. Dados de Identificação do Curso	7
1.2. Fundamentação legal	8
2. INTRODUÇÃO	11
3. JUSTIFICATIVA	12
4. UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL: OBJETIVOS	15
5. CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - CEAD	16
6. MISSÃO, PRINCÍPIOS E VALORES INSTITUCIONAIS	17
7. CARACTERIZAÇÃO REGIONAL	18
8. INTEGRAÇÃO E ARTICULAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA UFCA AO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL	21
9. CONCEPÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA	22
9.1. Diretrizes metodológicas para formação do curso	22
9.2. Concepção pedagógica do curso	24
9.2.1. Objetivo geral	24
9.2.2. Objetivos específicos	25
9.2.3. Público-Alvo	25
9.2.4. Atividades didático-pedagógicas	28
9.3. Organização curricular	29
9.3.1. Módulo Básico	29
9.3.1.1 Ementário do MÓDULO BÁSICO	30
9.3.2. Módulo Específico	43
9.3.2.1 Ementário do MÓDULO ESPECÍFICO	43
10. ESTRUTURA ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA	50
10.1. Educação a Distância	51
10.2. Tecnologias da Informação e Comunicação	52
10.3. Equipe multidisciplinar	53
10.4. Programa de capacitação e atualização da equipe multidisciplinar	54
10.5. Docentes que participam da gestão do curso	55
11. INFRAESTRUTURA E PROCESSO DE GESTÃO ACADÊMICO ADMINISTRATIVA	58
11.1. Rede comunicacional	58
11.2. Produção de material didático	58
11.3. Sistema de Tutoria	61
11.4. Encontros presenciais	62
11.5. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)	64
12. DIRETRIZES DE AVALIAÇÃO	66
12.1. Avaliação institucional	66
12.2. Avaliação dos subsistemas de EAD	67
12.3. Avaliação de aprendizagem	68
12.4. Trabalho de Conclusão de Curso	69
12.5. Atividades Complementares	70
13. PROCESSO DE COMUNICAÇÃO-INTERAÇÃO ENTRE OS PARTICIPANTES	70
14. REFERÊNCIAS	71



FIGURAS

Figura 1: Patrimônio Histórico e Cultural – Icó - Ce.**Erro! Indicador não definido.**

Figura 2: Localização no Mapa do Ceará – Icó - Ce.**Erro! Indicador não definido.**

Figura 3: Campus de Icó - Ce.**Erro! Indicador não definido.**

QUADROS

Quadro 1: Dados de Identificação do Curso..... 7

Quadro 2: Fundamentação Legal 8

Quadro 3: Dados dos Polos Presenciais e Número de Vagas (anuais) 22

Quadro 5: Módulo Específico 43

Quadro 6: Indicação dos professores com respectivas qualificações..... 55



1. APRESENTAÇÃO

O **Curso de Especialização em Gestão Pública (EGP)**, modalidade a distância, que ora apresentamos, é proposto junto ao Edital nº 9/2022 (2ª Fase) - Chamada para Articulação de Cursos Superiores na Modalidade EaD no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB.

O **Curso de Especialização em Gestão Pública**, modalidade a distância, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB) que ora apresentamos, integra o rol de propostas de cursos da UFCA junto ao Edital nº 9/2022 (2ª Fase) - UAB.

Nesse contexto, cita-se que a UAB/Capes lançou o edital citado voltado à adesão de Instituições Públicas de Ensino Superior para oferta de cursos, na modalidade EaD. A partir desta dinâmica e com a criação do Centro de Educação a Distância – CEAD na Universidade Federal do Cariri e ainda com adesão desta IES ao Sistema UAB, passou-se à elaboração do presente PPC, viabilizando-o como proposta ao Edital UAB e visando atender aos pressupostos exigidos, sobretudo ao caráter de objetividade institucional de ofertar/oportunizar o ingresso de cidadãos e cidadãs ao ensino superior.

O ingresso de estudantes/candidatos às vagas no curso EGP-EAD ocorrerá por meio de processo seletivo simplificado, coordenado pelo Centro de Educação a Distância – CEAD.

Este curso atende à Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018 que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências. Atende ainda as normas regulamentares provenientes da PRPI-UFCA.

Segundo a legislação acima citada ao curso é permitido convênio ou termo de parceria congênere entre instituições credenciadas para a oferta conjunta deste curso de especialização no âmbito do sistema federal e dos demais sistemas de ensino.



1.1. Dados de Identificação do Curso

Quadro 1: Dados de Identificação do Curso

DADOS DA ESTRUTURA CURRICULAR	
Código (INEP):	
Nome:	Especialização em Gestão Pública (EGP) na modalidade a distância.
Matriz Curricular/Grau/Turno	EGP – Especialização - Integral
Diploma Concedido:	Especialista em Gestão Pública
Área de Conhecimento:	Ciências Sociais Aplicadas
Natureza do Curso:	Pós-Graduação
Tipo de Oferta do Curso:	Regular
Tipo de Oferta de Disciplina:	Semestral Modular
Tipo de Ciclo de Formação:	Um ciclo
Modalidade de oferta do curso:	Educação a Distância (EaD)
Formas de Ingresso:	Processo Seletivo Simplificado (Edital)
Município de Execução do Curso:	Juazeiro do Norte - Ceará
Nº de vagas:	150 (cento e cinquenta) vagas anuais. Distribuídas nos Polos de Apoio Presencial.
Unidade de Vinculação:	Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA
Endereços de Funcionamento:	Av. Tenente Raimundo Rocha Nº 1639 Bairro Cidade Universitária. Juazeiro do Norte – Ceará. CEP 63048-080.
Decreto de Criação:	Resolução nº XX/CONSUNI, de xx/xx/2022
Possui Habilitação?	Não
Possui Ênfase?	Não



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EGP-PNAP – EAD/UAB

Convênio Acadêmico:	UFCA, UAB		
Unidade Responsável:	CCSA – Juazeiro do Norte/CE		
Unidade Responsável 2:	_____		
Unidade da Coordenação:	Coordenação do Curso		
Coordenador Pode Matricular Discente:	Sim		
Ativo:	Sim		
Carga Horária Total	480 Horas		
Carga Horária Obrigatória, Não Obrigatória e Atividades Acadêmicas Específicas:	TCC: 32 horas.		
Prazos para conclusão em Semestres Letivos e prazo máximo para a integralização.	Mínimo	Ideal	Máximo
	3	3	4

Fonte: Equipe de Elaboração do PPC – 2022

1.2. Fundamentação legal

O Projeto Pedagógico do Curso EGP-EAD ampara-se nas seguintes disposições legais:

Quadro 2: Fundamentação Legal

NORMA	DESCRIÇÃO	DISPONÍVEL EM:
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.	CF. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 12/01/2022.
Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.	Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm . Acesso em: 12/01/2022.
Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006.	Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm . Acesso em: 12/01/2022.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EGP-PNAP – EAD/UAB

Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.	Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm . Acesso em: 12/01/2022.
Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. LDB.	LDB.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em: 12/01/2022.
Lei nº 11.645, de 10 março de 2008.	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm . Acesso em: 13/01/2022.
Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm . Acesso em: 12/01/2022.
Lei nº 12.826, de 5 de Junho de 2013.	Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Cariri - UFCA, por desmembramento da Universidade Federal do Ceará - UFC, e dá outras providências.	http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12826.htm . Acesso em: 12/01/2022.
Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.	PNE. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE).	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.005%2C%20DE%2025,PNE%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs . Acesso em: 12/01/2022.
Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm . Acesso em: 13/01/2022.
Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021.	Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.254-de-30-de-novembro-de-2021-363377461 . Acesso em: 13/01/2022.
Parecer CNE/CEB nº 14, de 11 de novembro de 2015.	Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígena na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008.	http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=27591-pareceres-da-camara-de-educacao-basica-14-2015-pdf&category_slug=novembro-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EGP-PNAP – EAD/UAB

		2015-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 12/01/2022.
Parecer CNE/CP nº 03/2004, de 10 de março de 2004.	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.	http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf . Acesso em: 12/01/2022.
Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016.	Regulamenta as diretrizes para concessão e pagamento de bolsas aos participantes da preparação e execução dos cursos e programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).	https://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22061253/do1-2016-10-24-portaria-n-183-de-21-de-outubro-de-2016-22061195-22061195 . Acesso em: 13/01/2022.
Portaria nº 220, de 16 de setembro de 2019.	Integra as Instituições Públicas de Ensino Superior ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e dá outras providências.	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-220-de-16-de-setembro-de-2019-217040248 . Acesso em: 12/01/2022.
Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017.	Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto no 9.057, de 25 de maio de 2017.	https://www.in.gov.br/materia/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19128483/do1-2017-06-21-portaria-normativa-n-11-de-20-de-junho-de-2017-19128367 . Acesso em: 13/01/2022.
Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância	MEC - Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância	http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf . Acesso em: 10/02/2022.
Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018.	Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências.	http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file . Acesso em: 23/03/2022.
Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004.	Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.	http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf . Acesso em: 12/01/2022.
Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012.	Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.	http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&Itemid=30192 . Acesso em: 12/01/2022.
Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012.	Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.	http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EGP-PNAP – EAD/UAB

		2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 12/01/2022.
Resolução nº 04/CONSUP, de 13 de janeiro de 2017.	Regulamento dos Cursos de Graduação da UFCA.	https://documentos.ufca.edu.br/wp-folder/wp-content/uploads/2020/03/Regulamento-dos-Cursos-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-Atualizado-at%C3%A9-a-Res.-06_2020_CONSUNI..pdf . Acesso em: 12/01/2022.
Resolução nº 1, de 11 de março de 2016.	Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.	https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21393466/do1-2016-03-14-resolucao-n-1-de-11-de-marco-de-2016-21393306 . Acesso em: 12/01/2022.

Fonte: Equipe de Elaboração do PPC - 2022

2. INTRODUÇÃO

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, visando sistematizar ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando a consecução e o fomento dos cursos da UAB, e, conseqüentemente, a democratização, a expansão e a interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estimula a oferta de cursos de especializações na modalidade a distância, integrantes ou não do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e operacionalizados pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O **Curso de Especialização em Gestão Pública (EGP-EAD)** da UFCA, cujo PPC apresentamos vem ao encontro das necessidades de profissionais com visão holística das ações administrativas-financeiras e políticas governamentais, capacitados para



exercitar a gestão nos poderes e nas esferas da Administração Pública nacional, regional e local.

Para atender a demanda pela formação de profissionais nessa área nos entes da federação do Brasil, a UFCA oferece o Curso de Especialização em Gestão Pública no intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo, assim, sua missão e colaborando para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

3. JUSTIFICATIVA

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados-membros e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Com a introdução de um Estado mais forte, porém menor, este reduz seu papel nacional-desenvolvimentista, que vigorou por meio século (ABRUCIO; COUTO, 1996; PINHO; SANTANA, 2001). Dentro da concepção neoliberal, a partir de 1990, a União passa a exercer as “verdadeiras” funções de Estado: regulação e indução.

Nesse sentido, os dois níveis governo subnacionais passam a assumir papéis complexos (antes exercido pela União), que exigem competências específicas de regulação e uma nova gestão de atividades essenciais, competências essas colocadas em segundo plano durante a fase desenvolvimentista. Segundo Pinho e Santana (2001), o esgotamento da capacidade de lidar com problemas complexos e extensos levou o governo central a transferir esses problemas para estados e municípios, sobretudo para os últimos, que adota o welfarismo municipal.

As políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e com a criação do Fundo de Manutenção



e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), respectivamente. Em 2007, este foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos (ABRÚCIO; COUTO, 1996; ABRUCIO, 2005). Na realidade, até o presente momento muitos deles ainda não conseguiram sair do status quo anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública, como sugerem Kissler e Keidemann (2006).

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal (CF), há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas tal como.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade de Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto do lado da despesa. Dados do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) revelam que a receita própria dos municípios está aquém do potencial de arrecadação. De fato, a Tabela 1 mostra que nem todos os municípios cobram Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU (93%) e apenas 83% tem sistema de cobrança informatizado. No que tange ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, somente 83,7% dos municípios cobram e apenas 67,9% o fazem com sistema informatizado. Na Região Nordeste, a situação é preocupante: menos da metade dos municípios (47,6%) tem sistema de ISSQN informatizado. Ressalte-se que, no Brasil, essa situação é mais frequente nos municípios com população abaixo dos 20.000 habitantes.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EGP-PNAP – EAD/UAB

Tabela 1: Municípios, total, com cadastro imobiliário, com cobrança de IPTU, Planta Genérica de Valores e cadastro para cobrança do ISS, com indicação da existência de sistema informatizado dos cadastros e da Planta Genérica de Valores, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios – 2006.

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Cadastro imobiliário		Cobrança de IPTU	Planta Genérica de Valores		Cadastro para cobrança do ISS	
		Total	Informatizado		Total	Informatizado	Total	Informatizado
Brasil	5 564	5 203	4 623	5 196	4 018	3 120	4 661	3 780
Até 5.000	1 371	1 276	1 084	1 277	904	653	1 062	797
De 5.001 a 10.000	1 290	1 175	1 016	1 180	844	624	1 024	815
De 10.001 a 20.000	1 292	1 198	1 065	1 189	923	707	1 095	862
De 20.001 a 50.000	1 033	981	899	975	812	666	919	775
De 50.001 a 100.000	311	308	296	308	278	240	300	279
De 100.001 a 500.000	231	229	227	231	221	196	225	216
Mais de 500.000	36	36	36	36	36	34	36	36

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros 2006, IBGE (2006).

Em relação a taxas, os municípios brasileiros estão longe da eficiência arrecadadora, conforme prevê a LRF. A Tabela 2 revela que taxas de coleta e de limpeza pública são cobradas em menos da metade dos municípios.

Tabela 2: Percentual total de municípios com existência de taxas instituídas em 2006.

Brasil	Total	Com existência de taxas instituídas					
		Taxa de iluminação	Taxa de coleta de lixo	Taxa de incidência	Taxa de limpeza pública	Taxa de poder de polícia	Outros tipos de taxas
	100,0	70,0	49,5	3,7	42,3	55,3	43,3

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros 2006, IBGE (2006).



Esses dados mostram que o Poder Público Municipal não está preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir a legislação relacionada à arrecadação. É razoável afirmar que isso se deve à carência de quadro de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa.

Nesse sentido, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais capacitados em gestão. Na União, essa tarefa já se acha mais bem desenvolvida, com a (re)estruturação e (re)valorização de diversas carreiras típicas de Estado (planejamento, fiscalização tributária, auditoria etc.). Nos âmbitos: estadual e municipal, muito trabalho ainda precisa ser feito para que esses níveis de governo possam exercer, satisfatoriamente, seus papéis constitucionais.

Para tanto, é preciso que seja dada oportunidade a cidadãos e a estados e prefeituras de todo o Brasil de se capacitarem para o exercício de uma administração pública profissional.

4. UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL: OBJETIVOS

De acordo com o Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006, a UAB é um Programa que tem como objetivo primordial:

- I. ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, priorizando a oferta na formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados;
- II. ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública;
- III. reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância;
- IV. formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade, objetivando a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.



A Diretoria de Educação a Distância da CAPES (UAB) tem como objetivos principais:

- I. Fomentar as instituições públicas de ensino superior e polos municipais de apoio presencial, visando à oferta de qualidade de cursos de licenciatura na modalidade a distância;
- II. Articular as instituições públicas de ensino superior aos polos municipais de apoio presencial, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil - UAB;
- III. Subsidiar a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores, potencializando o uso da metodologia da educação a distância, especialmente no âmbito da UAB;
- IV. Apoiar a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica, mediante concessão de bolsas e auxílios para docentes e tutores nas instituições públicas de ensino superior, bem como tutores presenciais e coordenadores nos polos municipais de apoio presencial; e
- V. Planejar, coordenar e avaliar, no âmbito das ações de fomento, a oferta de cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições públicas e a infraestrutura física e de pessoal dos polos municipais de apoio presencial, em apoio à formação inicial e continuada de professores para a educação básica.

5. CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - CEAD

O Centro de Educação a Distância - CEAD, foi criado pela Resolução CONSUNI nº 64, de 24 de fevereiro de 2022. É um órgão Suplementar da UFCA, ligado à Reitoria, com a finalidade de coordenar, supervisionar e dar apoio às atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão, Cultura e Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico, exercidas mediante ações na modalidade de Educação a Distância – EaD na Universidade Federal do Cariri.



6. MISSÃO, PRINCÍPIOS E VALORES INSTITUCIONAIS

Em plena consonância com as finalidades da educação superior definidas no Art. 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394 de 20 de dezembro de 1996), a UFCA baseia suas ações em quatro pilares: Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura, acrescentando a dimensão cultural ao modelo mais tradicional de atuação acadêmica adotado pelas Instituições de Educação Superior Brasileiras.

É missão da UFCA: Promover conhecimento crítico e socialmente comprometido para o desenvolvimento territorial sustentável.

É visão da UFCA: Ser uma universidade de excelência em educação para a sustentabilidade por meio de ensino, pesquisa, extensão e cultura.

São princípios norteadores da UFCA:

- Aprofundamento da relação entre o Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Cultura;
- Equilíbrio no tratamento das dimensões regional e universal;
- Fortalecimento da integração entre a Universidade e a Escola Pública;
- Manutenção do espírito da autonomia universitária e da crítica social;
- Otimização dos processos e fluxos administrativos institucionais;
- Preservação do meio ambiente e construção de espaços sustentáveis de convivência;
- Promoção contínua da inserção da UFCA na sociedade;
- Reconhecimento das atividades artísticas, culturais e esportivas como fundamentais para a formação da comunidade universitária;
- Respeito às diferenças de gênero, orientação sexual, raça/etnia e credo religioso;
- Tratamento isonômico entre estudantes e servidores;
- Valorização do princípio da gratuidade nas ações da universidade;

São valores da UFCA:

- Priorizar o estudante;



- Respeitar e valorizar a diversidade;
- Cultivar um ambiente saudável e valorizar as pessoas;
- Primar por uma gestão participativa, ética e transparente;
- Ser parte da comunidade e valorizar a cultura regional;
- Comprometimento com a responsabilidade social e sustentabilidade;
- Buscar a inovação administrativa e acadêmica.”

7. CARACTERIZAÇÃO REGIONAL

1. Contextualização da sede do Centro de Educação a Distância – CEAD-UFCA. O CEAD, organismo institucional, funcionando como Órgão Suplementar à Reitoria é responsável pela gestão administrativa-organizacional e institucional dos cursos ofertados na modalidade EaD pela UFCA. Este organismo situa-se no Município de Icó-Ce. Neste universo é importante ressaltar a importância histórica da sede do CEAD, situado naquele município. A povoação da Ribeira dos Icó foi elevada a vila em 1738, considerada a terceira vila do Ceará, logo após Aquiraz e Fortaleza. Em 1842, foi elevada por decreto imperial à categoria de cidade. Devido a sua importância econômica, no centro-sul do Ceará o Icó foi uma das cidades que tiveram projetos urbanísticos planejados pela corte de Lisboa. O conjunto arquitetônico e urbanístico de Icó, atualmente tombado pelo Iphan em 1998, é considerado o melhor da arquitetura tradicional registrada na região do Ceará. Este patrimônio concentra-se em suas principais ruas, onde estão os bens de maior relevância e o traçado urbanístico imposto pelas normas da Coroa Portuguesa, no século XVIII. Como toda a arquitetura tradicional produzida na antiga Província do Ceará, a de Icó também prima pela simplicidade e despojamento.

Considerando a extensa massa territorial da região Centro Sul do Ceará, a cidade de Icó está localizada geograficamente no espaço estratégico que faz fronteiras com vários municípios, tais como Orós, Iguatu, Cedro, Lavras da Mangabeira, Ipaumirim,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EGP-PNAP – EAD/UAB

Baixio, Umari, Várzea Alegre, Jaguaribe, além de outras várias cidades divisas com o Estado de Rio Grande do Norte e Paraíba. Isso significa que a Universidade Federal do Cariri inicialmente poderá potencializar o desenvolvimento social e econômico para um contingente populacional de aproximadamente 347.645 habitantes.

Icó, sede do CEAD localiza-se na Mesorregião Centro Sul e Microrregião Iguatu.

Figura 1: Patrimônio Histórico e Cultural – Icó - Ce.



Fonte: Imagem da Internet

Municípios limítrofes do polo presencial (Icó): Cedro, Iguatu, Jaguaribe, Lavras da Mangabeira, Orós, Pereiro, Umari (e os dos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba). O polo fica distante da capital Fortaleza, 361,4 km.

Figura 2: Localização no Mapa do Ceará – Icó - Ce.



Fonte: Imagem da Internet



Portanto, em termos da gestão acadêmica, a partir das ações administrativas e financeiras do CEAD/UAB-UFCA, o curso terá suas atividades sediadas à Av. Tenente Raimundo Rocha Nº 1639, Bairro Cidade Universitária. Juazeiro do Norte – Ceará. CEP 63048-080.

Figura 3: Campus de Icó - Ce.



Fonte: Projeto IESA – EAD 2021

1. Contextualização da Unidade Acadêmica Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA, do Campus de Juazeiro do Norte-Ce: O curso EGP-EAD, como citado, vincula-se à Unidade Acadêmica Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA). Em termos de origem desta proposta que culminará com a sua aprovação nas Instâncias coletivas da UFCA e a sua implantação, cita-se a Unidade Acadêmica Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA, como sendo o organismo no qual o curso foi criado e no qual rege-se a sua organização acadêmica.

Unidade Acadêmica Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA situa-se na sede da Universidade Federal do Cariri (UFCA).

Localizada em uma região de grande riqueza natural e cultural no sul do Ceará (a 500 km da capital, Fortaleza), a Universidade Federal do Cariri (UFCA) tem natureza jurídica de autarquia e é vinculada ao Ministério da Educação. Composta por cinco campi (Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Brejo Santo e Icó – este último atualmente em reestruturação), a Universidade baseia suas ações em quatro pilares – Ensino, Pesquisa,



Extensão e Cultura – e tem como principais objetivos a inclusão social e o desenvolvimento territorial sustentável. A UFCA recebe estudantes de todo o Brasil – a maior parte deles dos 28 municípios do Cariri. Apesar da curta trajetória, a instituição já soma, ao todo, 25 cursos de Graduação, sete cursos de Especialização (seis deles, Residência Médica), quatro cursos de Mestrado e um de Doutorado.

A partir dessas considerações, propõe-se este Curso de Pós-Graduação EGP-EAD-PNAP, na modalidade EaD, objetivando proporcionar aos egressos uma formação sólida e necessária para o bom desenvolvimento e aprimoramento dos conhecimentos da Gestão Pública, considerando nessa formação a necessária aderência às necessidades locais; aos resultados delineados neste projeto; aos impactos sociais e econômicos também delineados e ainda às formas de avaliação de impacto. A formação leva em consideração o aspecto da inovação, considerando-a numa perspectiva do protagonismo dos estudantes.

A principal forma de acesso ao curso EGP-EAD acontecerá por meio de editais específicos para ingresso de discentes, atendendo às exigências de editais externos, sistemas, convênios e à legislação vigente.

A partir dessas considerações, propõe-se este Curso EGP-EAD, na modalidade EaD, objetivando proporcionar aos egressos uma formação sólida e necessária para o bom desenvolvimento dos conhecimentos em Gestão Pública, considerando nessa formação a necessária aderência às necessidades locais; aos resultados delineados neste projeto; aos impactos sociais e econômicos também delineados e ainda às formas de avaliação de impacto. A formação leva em consideração o aspecto da inovação, considerando-a numa perspectiva do protagonismo dos estudantes.

8. INTEGRAÇÃO E ARTICULAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA UFCA AO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

A forma de acesso ao curso EGP-EAD acontecerá por meio de processo seletivo simplificado (Edital).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EGP-PNAP – EAD/UAB

Conforme o Art. 4º, § 4º, da Resolução Câmara Acadêmica Consuni nº 17, de 16 de agosto de 2022 e quanto aos Editais de seleção de professores, tutores e outros profissionais a atuarem no curso deverão indicar percentuais de reserva de vagas que atendam as políticas afirmativas para pessoas negras (pretas e pardas), indígenas, com deficiência, trans, quilombolas e imigrantes, solicitantes de refúgio, refugiadas, apatriadas e portadoras de visto humanitário.

Para este projeto pedagógico para o curso de pós-graduação **EGP-EAD**, estão previstas inicialmente **150 (cento e cinquenta) vagas** anuais distribuídas em **6 (seis) polos** como mostra o Quadro 3 a seguir:

ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EGP-PNAP
Quadro 3: Dados dos Polos Presenciais e Número de Vagas (anuais)

Município Polo		Nº de vagas
1	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	20
2	LAVRAS DA MANGABEIRA	20
3	QUIXERAMOBIM	30
4	MAURITI	20
5	ICÓ	30
6	IGUATU	30
TOTAL DE VAGAS:		150

Fonte: Equipe de Elaboração do PPC – 2022

9. CONCEPÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

9.1. Diretrizes metodológicas para formação do curso

Neste curso são observadas as relações da inter e transdisciplinaridade. As aulas na pós-graduação *Lato Sensu* serão de natureza teórica e momentos práticos e deverão utilizar recursos diversos, com ênfase nas tecnologias da informação e comunicação a fim de melhor promover a aprendizagem do estudante.

Como o curso está estruturado por componentes curriculares (disciplinas) e a fim de manter uma maior interrelação entre as diversas temáticas das disciplinas e para facilitar o maior conhecimento entre os professores e os seus respectivos conteúdos disciplinares e também evitar repetição ou lacunas nos conteúdos, a coordenação adota um sistema de



relacionamento entre os docentes do curso, para repasse das informações, dos conteúdos programáticos de todas as disciplinas do curso, metodologias e práticas adotadas.

Além Disso, o corpo docente é formado por professores das mais diversas áreas do conhecimento (Administração, Engenharia, Economia, Contabilidade...) com formação no Brasil e no Exterior.

Neste curso faz-se necessário superar o pensamento de que a teoria precede a prática, ou que a prática é o campo de aplicação da teoria. Saber e saber fazer são partes de um mesmo processo contínuo e unitário que se entrelaçam permanentemente.

O fortalecimento entre a teoria e a prática torna-se de fundamental importância à vivência profissional, visando que este elo não seja nem dicotômico nem excludente, mas que possuam um olhar epistemológico, cujos saberes sejam entendidos numa perspectiva de práxis social.

Este curso ofertado na modalidade a distância deve observar as condições necessárias para o desenvolvimento das competências requeridas pelo respectivo perfil profissional, resguardada a indissociabilidade entre teoria e prática.

A promoção da articulação entre a teoria e a prática deve fazer-se presente nessa formação, fundada nos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando ainda a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando à garantia do desenvolvimento dos estudantes. O presente curso assume, quanto às suas **diretrizes** e enquanto **concepção formativa** em nível superior, os seguintes princípios:

I - respeito ao princípio constitucional do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

II - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

III - a tecnologia, enquanto expressão das distintas formas de aplicação das bases científicas, como fio condutor dos saberes essenciais para o desempenho de diferentes funções no setor produtivo;

IV - indissociabilidade entre educação e prática social, bem como entre saberes e fazeres no processo de ensino e aprendizagem, considerando-se a historicidade do conhecimento;

V - valorização dos sujeitos do processo e as metodologias ativas e inovadoras de aprendizagem centradas nos estudantes;



VI - promoção do protagonismo estudantil em todas as instâncias do curso: pedagógicas, didáticas, avaliativas, metodológicas e participativas;

VII - interdisciplinaridade assegurada no planejamento curricular e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e da segmentação e descontextualização curricular;

VIII - utilização de estratégias educacionais que permitam a contextualização, a flexibilização e a interdisciplinaridade, favoráveis à compreensão de significados, garantindo a indissociabilidade entre a teoria e a prática profissional em todo o processo de ensino e aprendizagem;

IX - articulação com o desenvolvimento socioeconômico e os arranjos produtivos locais;

X - autonomia do curso quanto à concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão deste Projeto Político Pedagógico (PPP);

XI - promoção da inovação em todas as suas vertentes, especialmente a tecnológica, a social e a de processos, de maneira incremental e operativa;

XII - fortalecimento das estratégias de colaboração, visando ao maior alcance e à efetividade dos processos de ensino-aprendizagem, contribuindo para a empregabilidade dos egressos.

9.2. Concepção pedagógica do curso

9.2.1. Objetivo geral

O curso tem por objetivo a qualificação de pessoal de nível superior visando ao exercício de atividades gerenciais. Especificamente, pretende:

- a) Capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos;
- b) Capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica;
- c) Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, nos âmbitos federal, estadual e municipal;



- d) Contribuir para que o gestor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas.

9.2.2. Objetivos específicos

- Assimilar e apresentar conhecimentos/ferramentas de Gestão Pública com o propósito de subsidiar o processo de decisão nas variadas organizações;
- Assimilar conhecimento teórico e aplicado atualizado para diagnóstico e solução de problemas de Gestão Pública das organizações;
- Discutir as diversas técnicas da área com o intuito de aplicá-las de forma eficiente e eficaz nas organizações;
- Desenvolver a sensibilidade e capacidade de incorporação das dimensões e aspectos éticos na atuação como gestor público;
- Preparar profissionais para atuarem como gestores públicos nas organizações.

9.2.3. Público-Alvo

O curso destina-se a portadores de diploma de curso superior que exercem atividades em órgãos públicos ou do terceiro setor ou que tenham aspirações ao exercício de função pública. Os objetivos de aprendizado para o estudante são os seguintes:

- Compreender os conceitos básicos e terminologias nas áreas funcionais chave de organizações do primeiro (Estado) e terceiro setores nas áreas: gestão, estratégia, operações, finanças públicas, recursos humanos e outras;
- Demonstrar habilidade para diagnosticar, analisar e oferecer soluções para situações organizacionais/empresariais complexas;
- Desenvolver habilidades-chave (comunicação oral e escrita, trabalho em equipe, liderança) requeridas para uma carreira gerencial de sucesso;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EGP-PNAP – EAD/UAB

- Estar apto para fazer a integração das áreas funcionais do negócio para permitir tomadas de decisões acertadas para a organização como um todo.

O Curso permitirá o crescimento profissional e acadêmico do estudante por meio de:

- Orientação da habilidade do pensamento crítico para os problemas de governo;
- Desenvolvimento da habilidade de analisar estrategicamente as questões de relacionamento organização-ambiente ao invés de oferecer apenas soluções operacionais;
- Fortalecimento da habilidade de comunicação por meio de discussões presenciais e a distância (*chats*), estudo de *cases*, trabalhos escritos e apresentação presencial de seminários;
- Aumento da capacidade de liderança na organização através da participação em trabalhos em equipe;
- Ampliação da compreensão das variáveis ambientais que afetam a *performance* organizacional;
- Ênfase na natureza global do atual ambiente dos negócios e seu impacto sobre a tomada de decisão;
- Melhoria da habilidade de tomada de decisão em ambientes organizacionais mais complexos, por meio do uso de processos de simulação de situações estratégico-operacionais;
- Integração dos aspectos teóricos e práticos do negócio, através da elaboração de projetos e análise de *cases*.

O desenvolvimento de uma sociedade mais justa, com melhor distribuição de renda e permanente geração de empregos, é consequência de uma série de fatores econômicos, sociais e políticos, sendo importantes as práticas de organização e administração do trabalho, adotadas na sociedade, no decorrer de seu processo de desenvolvimento, tanto na área pública quanto na área empresarial. Nesse sentido, o papel reservado aos Cursos de Especialização em Gestão Pública é de grande importância, na medida em que os agentes especialistas egressos (gestores



e formuladores de políticas públicas) estarão capacitados a intervirem na realidade social, política e econômica.

Em ambientes onde as mudanças ocorrem permanentemente e em grande velocidade, caracterizados ainda pela escassez de recursos e pelo alto nível de competitividade exigido pela sociedade contemporânea, exige-se que o profissional responsável pela condução das organizações públicas tenha desenvolvido sua criatividade, seu espírito crítico e a sua capacidade de produção de novos conhecimentos.

Aliada a esta “personalidade dinâmica e flexível” – traço essencial na garantia de um bom desempenho do profissional da gestão –, é preciso, ainda, que o Gestor Público desenvolva uma “visão estratégica dos negócios públicos”, o que pode ser obtido a partir do estudo sistemático e aprofundado das diversas áreas de ação no campo da Administração e da integração destas áreas em termos de conhecimento conceitual e analítico.

Deste modo, independente dos conhecimentos “comportamentais” e “de contexto”, exige-se do Gestor Público, o domínio das principais técnicas gerenciais no campo organizacional, de seus “recursos” humanos, financeiros e de produção e de gestão pública, evidentemente referenciada em um compromisso ético com a construção de uma sociedade justa.

No campo organizacional e de seus recursos, espera-se que o Gestor seja capaz de promover o equilíbrio entre os objetivos organizacionais, suas disponibilidades e os interesses e necessidades dos servidores e sociedade em geral. Para tal, exige-se que o Gestor seja capaz de pensar novas formas de organização (tanto nos seus aspectos estruturais como nos funcionais), compatíveis com um ambiente em que a participação no processo decisório e a crescente responsabilidade das organizações com o desenvolvimento humano parecem constituir-se em condições essenciais para a obtenção de sucesso.

Na área de estudos governamentais, é imprescindível que o Gestor seja capaz de conhecer os processos de formação e desenvolvimento do Estado em sua inserção no processo mais amplo da formação social, bem como a lógica e os procedimentos das ações administrativas governamentais, seja na área financeira e orçamentária, seja no processo de formulação e avaliação de políticas públicas em geral, não apenas de modo a cuidar da “coisa pública” de modo eficiente, mas, também, responsável, permitindo, assim, a manutenção de



relações harmônicas entre o setor público, de um lado, e o privado e a sociedade civil organizada, de outro, no âmbito das responsabilidades sociais do Estado.

9.2.4. Atividades didático-pedagógicas

As atividades didático-pedagógicas do curso serão tanto presenciais quanto virtuais, desenvolvendo-se a partir da estrutura curricular, ou seja:

- Atividades presenciais (no máximo 20% da carga horária total do curso): realização de aulas pelo professor formador e/ou o tutor presencial, com presença obrigatória do aluno, conforme o calendário acadêmico e o regime de funcionamento dos Polos de EaD. Estão previstas aulas para apresentação de conteúdos, atividades de práticas pedagógicas, oficinas, palestras, minicursos etc., bem como as atividades para avaliação da aprendizagem.

Deverá ocorrer 3 (três) encontros presenciais para cada componente curricular, sendo um no início, um durante o percurso e outro ao final do semestre. Todavia, dependendo das especificidades do componente, tais encontros presenciais poderão ser ajustados, com a ciência da coordenação do curso. Vale ressaltar que estas atividades presenciais estão de acordo com o art. 4º do Decreto nº 9.057/2017.

- Atividades virtuais: estudos realizados sem a presença da equipe de tutores, efetuados individualmente ou em grupo no AVA. Durante a realização destes estudos, em horários previamente fixados em calendários semanais, os professores e tutores estarão disponíveis para responder questões, tirar dúvidas, ou mesmo orientar alunos via telefone, e-mail e no AVA.

Na metodologia EaD proposta, as ações executadas pelos docentes estão atreladas aos programas de formação docente, a saber:

- Formação em EaD: formação intensiva direcionada às especificidades da educação a distância, contemplando aspectos do seu aprofundamento teórico, mediação pedagógica virtual e elaboração do material didático.



- Formação técnica: orientações técnicas sobre as ferramentas do AVA (plataforma Moodle) para desenvolvimento de atividades de EaD.

9.3. Organização curricular

O curso foi estruturado em dois módulos. O módulo básico contempla disciplinas comuns a todos os cursos de especialização e o módulo específico apresenta disciplinas alinhadas aos objetivos deste curso.

A carga horária do curso é de **420** horas, cuja matriz está organizada em dois módulos: Básico e específico.

A organização curricular deste curso parte do princípio que o itinerário formativo deve contemplar e possibilitar a articulação com outros cursos e programas na área de formação do estudante, conforme o perfil do egresso buscado, configurando-se numa trajetória educacional consistente e programada, a partir de:

I - estudos sobre os itinerários de profissionalização praticados no mundo do trabalho;

II - estrutura sócio-ocupacional da área de atuação profissional; e

III - fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos de bens ou serviços.

9.3.1. Módulo Básico

O módulo básico será o núcleo comum para todas as habilitações. É composto por oito disciplinas, de 32 horas, perfazendo um total de **256** horas:

Quadro 4: Módulo Básico

Ord.	Disciplina	C. H.
1	Introdução a EaD	32
2	Estado, Governo e Mercado	32
3	O Público e o Privado na Gestão Pública	32
4	Desenvolvimento e Mudanças no Estado brasileiro	32



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EGP-PNAP – EAD/UAB

5	Políticas Públicas	32
6	Planejamento Estratégico Governamental	32
7	O Estado e os Problemas Contemporâneos	32
8	Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	32
-	TOTAL DE HORAS/AULA	256

Fonte: Equipe de Elaboração do PPC – 2022

A função do Módulo Básico é propiciar ao estudante uma tomada de consciência sobre a atual política do governo, situando-a na passagem que vem se dando, ao longo destes últimos anos, de um Estado Gerencial para um Estado Necessário. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, as diferentes ações e programas implementados pela atual administração pública.

9.3.1.1 Ementário do MÓDULO BÁSICO

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA					
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina	
Introdução à Educação a Distância				Caráter:		Obrigatória	
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:			
1º				Semestral/Modular			
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:			
CARGA HORÁRIA							
Nº Créditos:	2	Total:	32 h	Teórica:	32 h	Prática:	Extensão:
EMENTA:							
Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EaD: processos de comunicação, processo de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EaD. Ambientes Virtuais de Ensino Aprendizagem (AVA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.							
OBJETIVOS:							
Compreender o conceito de EaD como modalidade de ensino, suas especificidades, definições e evolução ao longo do tempo; Ambientação na Plataforma Moodle; Participar de uma comunidade virtual de aprendizagem; Conhecer as regras de convivência para participação em comunidades virtuais e as ferramentas de comunicação: emoticons, netiqueta, clareza, citações e diretrizes de feedback; Participar de atividades de ambientação no Moodle e experimentar seus recursos e ferramentas como forma de viabilizar sua participação como aluno virtual em disciplinas posteriores do seu Curso Virtual.							



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EGP-PNAP – EAD/UAB

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CORRÊA, Denise Mesquita. **Introdução à educação a distância e AVEA**. 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.
HACK, Josias Ricardo. **Introdução à educação a distância**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.
VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. **Introdução à educação a distância**. Fortaleza: RDS, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. **Educação a Distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.
MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. **Educação a Distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem**. São Paulo: Saraiva, 2015.
MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. **Educação a distância: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2011.
SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. **Educação e tecnologias da informação e comunicação**. Salvador: UNEB/EAD, 2010.
SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. **Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA					
Componente Curricular:			Tipo:		Disciplina		
Estado, Governo e Mercado			Caráter:		Obrigatória		
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:			
1º				Semestral/Modular			
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:			
CARGA HORÁRIA							
Nº Créditos:	2	Total:	32h	Teórica:	32h	Prática:	Extensão:
EMENTA:							
<p>Os atores envolvidos na esfera pública, sejam eles governantes, funcionários, fornecedores, clientes, beneficiários, usuários de serviços públicos ou agentes objetos da regulação estatal, movem-se e posicionam-se no espaço público orientados por uma ou mais concepções teóricas concorrentes sobre as relações entre Estado, governo e mercado nas modernas sociedades capitalistas. Por essa razão, é fundamental aos gestores públicos, em exercício ou em formação – independentemente da esfera de governo em que atuem ou venham a atuar –, conhecer os diferentes fundamentos e lógicas que orientam a ação dos agentes envolvidos (<i>stakeholders</i>).</p> <ul style="list-style-type: none">• Relações entre Estado, governo e mercado na sociedade contemporânea, segundo as principais concepções e teorias: marxistas (PRZWORSKY, 1995) e liberais (SARTORI, 1997).• Desafios teóricos e políticos colocados aos analistas e atores políticos pelas mudanças produzidas sob o capitalismo contemporâneo (BOBBIO, 1983; GUIDDENS, 1996; ANDERSON, 1996).							
OBJETIVO:							
<p>Essa disciplina enfoca as complexas relações entre Estado, governo e mercado nas sociedades capitalistas contemporâneas. Partindo das duas matrizes teóricas que explicam as relações entre Estado e sociedade no sistema capitalista – a liberal e a marxista –, a disciplina analisa criticamente as diversas interpretações concorrentes e/ou sucessivas sobre as sempre tensas e dinâmicas relações entre Estado, governo e mercado.</p>							



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EGP-PNAP – EAD/UAB

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (Org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 9-23.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. **Qual socialismo?** São Paulo: Paz e Terra, 1983. “Quais as alternativas à democracia representativa?”, p. 55-74.

GIDDENS, Anthony. **Para além de esquerda e direita**. São Paulo: UNESP, 1996. “Introdução”, p. 9-30.

HAM, Christopher; HILL Michael. **O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno**. Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy process in the modern capitalist state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp). Capítulos 2 e 3 (p. 39-91).

O’DONNELL, Guillermo. Anotações para uma teoria do Estado. In: **Revista de Cultura e Política**, n. 4, 1981.

OSZLAK, Oscar. Estado y sociedad: ¿nuevas reglas de juego? Reforma Y Democracia. **Revista del CLAD**. N.9 (Oct. 1997), p. 7-61

PRZWORSKY, Adam. **Estado e economia no capitalismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. Parte 3, “O governo do capital”, p. 87-115.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1997. Cap. 6, “A democracia vertical”, p.181-245.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e Estado na filosofia política moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAHL, Robert. **Um prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989. Cap. 3 – A democracia poliárquica.

GIDDENS, Anthony. **O Mundo na Era da Globalização**. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

SANTOS, Wanderley G. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978. “A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa”, pp. 67-117.

SARTORI, Giovanni. **Teoria democrática**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1965. Cap. XV, “Liberalismo e democracia”, p. 366-393.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1984.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Rio de Janeiro, LCT, 1998.

Unidade Acadêmica Responsável:				Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA			
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina	
O Público e o Privado na Gestão Pública				Caráter:		Obrigatória	
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:			
1º				Semestral/Modular			
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:			
CARGA HORÁRIA							
Nº Créditos:	2	Total:	32h	Teórica:	32h	Prática:	Extensão:
EMENTA:							
Tradicionalmente, os poucos cursos de administração pública oferecidos no país partem do núcleo duro das teorias e disciplinas que compõem os currículos de administração de empresas, a ele							



acrescentando alguns outros temas e matérias mais diretamente ligados à gestão dos negócios públicos pelo Estado. Esse ponto de partida deixa de pôr suficientemente em relevo a diferença fundamental entre a esfera pública e a privada, da qual derivam todas as demais diferenças teleológicas, organizacionais e funcionais existentes entre as organizações do Estado e as da sociedade civil, sejam elas empresas, sindicatos e associações com ou sem fins lucrativos. Por ser essencial ao gestor público ter absoluta clareza dessa diferença, de forma a poder exercer adequadamente as suas funções e atribuições com as quais ele se encontra investido na qualidade de servidor público, é que esta disciplina foi inserida no módulo básico deste curso. Da precisa separação entre esfera pública e esfera privada, que remonta ao Direito Romano, mas que só recentemente adquiriu os seus contornos mais definidos nas sociedades contemporâneas do Ocidente, é que decorrem todas as demais diferenciações relevantes para o agente público: de um Direito Público e de um Direito Privado; a separação entre Estado e sociedade civil; a delimitação dos poderes dos governantes em relação ao conjunto do Estado e aos cidadãos.

- A dicotomia público-privado; a primazia do público sobre o privado; as fronteiras entre o público e o privado; as prerrogativas do Estado sobre os agentes privados; os direitos do cidadão e os deveres do estado; interesses privados e interesses coletivos; Instituição e organização; organizações públicas e organizações privadas.
- O servidor como agente da ação do Estado; os diferentes agentes públicos e as suas formas de investidura; as prerrogativas do estado e as garantias do servidor; regime estatutário e regime contratual; vínculo estatutário e vínculo empregatício; cargo público e emprego no setor privado; A ética profissional do servidor público.
- Os princípios norteadores do serviço público – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; poderes e deveres do administrador público; dever de agir, dever de eficiência, dever de probidade, dever de prestar contas; poder disciplinar, poder de polícia, poder discricionário.
- As diversas organizações do terceiro setor e suas especificidades.
- Globalização e neoliberalismo: desregulamentação, privatizações e abertura dos mercados de bens e de capitais; reorientação do papel do estado: da produção à regulação de bens e serviços; a defesa do interesse público na competição globalizada: Estado e agentes econômicos privados internacionais; novos princípios de gestão pública: planejamento participativo; democratização do Estado; promoção da cidadania. a nova orientação estratégica de governo federal: inclusão social e redução das desigualdades; crescimento econômico com geração de emprego e renda; promoção da cidadania e fortalecimento da democracia.

OBJETIVO:

Essa disciplina tem por objetivo delimitar com clareza para o aluno as diferenças entre a esfera privada, que é o âmbito de atuação por excelência do administrador de empresas, e a esfera pública, na qual se situa a Administração pública e age o gestor público.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 1, “A grande dicotomia: público/privado”, p. 13-31.
CARVALHO, Iuri M. O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado: parâmetros para uma reconstrução. In: **Revista Diálogo Jurídico**, nº 16, Salvador, 2007. Disponível em:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EGP-PNAP – EAD/UAB

<http://www.direitopublico.com.br/pdf/PrincipiodaSupremacia_ULTIMAVERSÃO.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2009.

MEIRELLES, Helly Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 14ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

NASCIMENTO, Márcio G. O controle da administração pública no Estado de Direito. **Direitonet**, 2005. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/x/20/23/2023/>>. Acesso em: 18 jun. 2009.

PÓ, Marcos V. & ABRUCIO, Fernando L. Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras semelhanças e diferenças. In: **RAP**, nº 40 vol. 4, jul/ago 2006. p. 679-98.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. UnB. 1986.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 3, "Estado, poder e governo", p. 53-133.

BORÓN, Atilo. Las 'reformas del estado' en América Latina: sus negativas consecuencias sobre la inclusión social y la participación democrática. In: **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, 2004.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. **A reforma do Estado nos anos 90**: lógicas e mecanismos de controle. Brasília: Mare, 1997.

_____. Da administração pública burocrática à gerencial, **Revista do Serviço Público**. Brasília: ENAP. Volume 120, n. 1, jan-abr, 1996.

DINIZ, Paulo. **Responsabilidade social empresarial e sociedade política**: elementos para um debate acerca da questão social no neoliberalismo. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais, Uberlândia, 2007. Capítulos 1 e 2. Disponível em: <<http://www.cadtm.org/IMG/pdf/031227boron.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2009.

FIORI, José Luis. **Em busca do dissenso perdido**: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

HARVEY, D. Neoliberalismo como destruição criativa. **InterfaceEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. 2006. Disponível em: <http://www.interfacehs.sp.senac.br/images/artigos/74_pdf.pdf>

HOBBS, Thomas. **Leviatã**: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat. **Do espírito das leis**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

PAES DE PAULA, Ana. Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social. In: **RAE**, FGV, Volume 45, Número 1, Jan/Mar 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SAES, Décio. A política neoliberal e o campo político conservador no Brasil atual. In: **República do capital** – capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo, Bomtempo, 1998.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 1994.

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA	
Componente Curricular:		Tipo:	Disciplina
Desenvolvimento e Mudanças no Estado brasileiro		Caráter:	Obrigatória
Semestre de Oferta:	Habilitação:	Regime:	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EGP-PNAP – EAD/UAB

1º		Semestral/Modular			
Pré-Requisito:	Correquisito:	Equivalência:			
CARGA HORÁRIA					
Nº Créditos:	2	Total: 32h	Teórica: 32h	Prática:	Extensão:
EMENTA:					
<p>A adequada compreensão de longos e complexos processos de transformação social, como os experimentados pelo Brasil desde a proclamação da República até os dias de hoje, repousa sobre um conjunto variado de saberes produzidos por diferentes disciplinas, como a história, a sociologia, a economia, a administração, o direito e a ciência política. Para que esses vários conhecimentos possam ser devidamente associados e adequadamente assimilados, faz-se necessária a adoção de uma perspectiva interdisciplinar e histórica afim de costurá-los com a linha do tempo. Assim, interdisciplinaridade e contextualização histórica são os eixos fundamentais que devem orientar o desenvolvimento desta disciplina.</p> <p>Desenvolvimento econômico, mudança social e centralização e descentralização político-administrativas no Brasil: Da República oligárquica à República democrática do Século XXI .</p> <ul style="list-style-type: none">• Federalismo e governo de elites na primeira República (ABRÚCIO, 1998, Cap 1; BRESSER-PEREIRA, 2001);• Centralização, autoritarismo e políticas sociais no período Vargas (1930-1945) (SOUZA, 1976, Cap. IV; SANTOS, 1979, Cap. 4);• Democracia e desenvolvimento sob a Segunda República (1946-1964) (SOUZA, 1976, Cap. V; LESSA, 1983, SOARES, 1973); e• Autoritarismo e redemocratização (ABRÚCIO, 1998, Cap. 2; BRESSER-PEREIRA, 2001; SANTOS, 1979, Cap. 5; REIS, 1978; DINIZ, 1997).					
OBJETIVO:					
<p>Essa disciplina tem por objeto levar o aluno a compreender como o Estado e a sociedade foram se modificando e desenvolvendo no Brasil, a partir da Primeira República, até chegar à conformação em que se encontram atualmente.</p>					
REFERÊNCIAS BÁSICAS:					
<p>ABRUCIO, Fernando L. Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1998. Cap. 2, “A passagem do modelo unionista-autoritário para o federalismo estadualista: a origem do novo poder dos governadores”, p.59-108.</p> <p>BRESSER-PEREIRA Luiz C. Do estado patrimonial ao gerencial. In: Pinheiro, Wilhelm e Sachs (Org.). Brasil: Um Século de transformações. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 222-259.</p> <p>DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de. (Org.). Reforma do Estado e democracia no Brasil. Brasília: UnB, 1997.</p> <p>FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Partidos políticos na Câmara dos Deputados, 1989-1994. In: DADOS, vol. 38, nº3, 1995.</p> <p>LESSA, Carlos. Quinze anos de política econômica. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.</p> <p>MARTINS, Luciano. Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64. São Paulo: Paz e Terra, 1985.</p> <p>OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista e o ornitorrinco. S. Paulo: Boitempo, 2003.</p> <p>SANTOS, Wanderley G. Cidadania e justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. I e II.</p>					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EGP-PNAP – EAD/UAB

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

SOUZA, Maria C. C. **Estado e partidos políticos no Brasil, 1930-1964**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. Cap. IV, “Os mecanismos da centralização” p. 83-104.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ALMEIDA, Maria H. T. Federalismo e políticas sociais. In: **Rev. bras. Ci. Soc**, 1995, vol.10, n. 28, p. 88-108.

FLEURY, Maria T. Leme, FISCHER, Rosa M. **Cultura e poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local. In: **Revista de Cultura e Política**, 2006, vol., n. 69.

LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Amaury de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. In: **Dados**, v.34, n.3, 1991, p.311-348.

LAVINAS, Lena; MAGINA, Manoel A.; COUTO E SILVA, Mônica. **Federalismo e regionalização dos recursos públicos**. Rio de Janeiro : IPEA, 1995. [Textos para discussão n. 369].

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. **Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional, 1945-1964**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1975. Tomo III – O Brasil Republicano, Livro 1, 1975. Cap. 3.

REIS, Fábio Wanderley (Org.). **Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro**. São Paulo: Símbolo, 1978.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). **Governabilidade, sistema político e violência urbana**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA					
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina	
Políticas Públicas				Caráter:		Obrigatória	
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:			
1º				Semestral/Modular			
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:			
CARGA HORÁRIA							
Nº Créditos:	2	Total:	32h	Teórica:	32h	Prática:	Extensão:
EMENTA:							
Sociedade. Política. Política Pública. Análise política. Análise de políticas. As principais abordagens na análise de políticas públicas e o modelo sistêmico. A concepção do “ciclo da política”. Atores políticos (<i>stakeholders</i>). Interesses e expectativas. Poder e recursos de poder. Bem público. Escolha racional. Experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de negociação e de participação popular: conselhos, redes, parcerias e novos arranjos institucionais no nível local de governo. A formação de agenda de políticas públicas. Tipos de demandas. Decisão. Não-decisão. Arenas políticas. Padrões de comportamento e interação dos atores. Modelos de análise do processo decisório: racional, organizacional e modelo da política burocrática. As lógicas do processo decisório: racional-compreensiva, incremental e <i>mixed-scanning</i> . Relações entre formulação e implementação. Modelos de implementação de políticas. Avaliação. Acompanhamento. Monitoramento. Pesquisa Avaliativa.							



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EGP-PNAP – EAD/UAB

Tipos de avaliação. Critérios de avaliação. Controle e avaliação de políticas públicas. Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil. Regularidades das políticas públicas no Brasil. Novos papéis e responsabilidades dos entes federativos nas políticas públicas.

OBJETIVO:

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

- ARRETCHE, Marta T. S.** Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. In: **Rev. bras. Ci. Soc.**, Jun. 1999, vol.14, n. 40, p.111-141.
- COTTA, Tereza Cristina. Metodologia de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. In: **Revista do Serviço Público**, n. 2, abr-jun 1998.
- COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, Vozes, 1999.
- DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. Campinas: Papirus, 1996.
- DERLIEN, Hans Ulrich. Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas. In: **Revista do Serviço Público**, n. 1, jan-mar, 2001.
- DRAIBE, Sônia Miriam. Qualidade de Vida e Reformas Sociais: O Brasil no Cenário Latino-Americano. **Lua Nova**, n. 31, 1993, p. 5-46.
- _____. Uma Nova Institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas e programas sociais. In: **São Paulo em Perspectiva**. Vol. 11, n. 4, out-dez 1997, p. 3-15.
- DUNN, William N. **Public policy analysis: An introduction**. 3. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2004.
- DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. 11. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2005.
- ELIAS, Paulo Eduardo. Reforma ou Contra-Reforma na Proteção Social à Saúde. **Lua Nova**, n. 40/41, 1997, p. 193-215.
- FAGNANI, Eduardo. Política Social e Pactos Conservadores no Brasil: 1964-1992. In: **Cadernos FUNDAP – Desafios da Gestão Pública Paulista**. São Paulo: Fundap, set-dez, 1996, p. 59-102.
- GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. In: **Revista Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, n. 23, jun., 2001.
- LAURELL, Ana Cristina. Para um novo Estado de Bem-Estar na América Latina. **Lua Nova**, n. 45, 1998, p. 187-204.
- LOBATO, Lenaura de Vasconcelos. Reforma do Estado no Setor de Saúde no Reino Unido e nos Estados Unidos. In: **Cadernos ENAP**, n. 13, 1997, p. 79-112.
- MELLO, Guiomar Namó. Políticas Públicas de Educação. In: **Estudos Avançados (USP)**, vol. 5, n. 13, 1991, p. 7-47.
- MENY, Ives; THOENIG, Jean-Claude. **Las políticas públicas**. Madrid: Ariel, 1992.
- MESA LAGO, Carmelo. Desarrollo social, reforma del Estado y de la seguridad social, al umbral del siglo XXI. In: **Revista del CLAD: Reforma y Democracia**. n. 15, outubro de 1999, p 7 – 70.
- MILANI, Carlos R. S. Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política. In: **Sociologias**, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 180-214.
- MISHRA, Ramesh. **O Estado-providência na sociedade capitalista**. Portugal: Celta Editora, 1995.
- NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático**. Brasília: ENAP, 1997.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EGP-PNAP – EAD/UAB

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação: Um caminhar para o mesmo lugar. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação**: Balanço do Governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 133-152.

PATTON, Carl V.; SAWICKI, David S. **Basic methods of policy analysis and planning**. 2. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 1993.

RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais**. São Paulo: Cortez, 1999.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. O impasse da “formação nacional”. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 1 “Teoria social e análise de políticas públicas”, pp. 11-14, e Cap. 2 “Legislação, instituições e recursos da política social brasileira”, p. 15-44.

SUBIRATS, Joan. **Análisis de políticas públicas y eficacia de la Administración**. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1994.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. In: **Revista de Administração Pública**, vol. 30, n. 2, mar-abr 1996, p. 5-43.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Sistematizando e comparando os Enfoques de Avaliação e Análise de Políticas Públicas**: uma contribuição para a área educacional. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes á prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: **Revista de Sociologia e Política**, v.17, n.15, nov, 2000.

HAM, Christopher; HILL Michael. **O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno**. Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy process in the modern capitalist state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp).

ROTH, André-Noël. **Políticas públicas**: formulación, implementación y evaluación. Bogotá: Ediciones Aurora, 2006.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 4 “Teoria do laissez-faire repressivo à cidadania em recesso”, p. 71-82, e Cap. 5 “Acumulação e equidade na ordem autoritária brasileira”, p. 83-123.

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA					
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina	
Planejamento Estratégico Governamental				Caráter:		Obrigatória	
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:			
1º				Semestral/Modular			
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:			
CARGA HORÁRIA							
Nº Créditos:	2	Total:	32h	Teórica:	32h	Prática:	Extensão:
EMENTA:							
Introdução ao Planejamento Estratégico. Aspectos Gerais e Históricos. O Desenvolvimento Planejado. Evolução do Planejamento no Brasil. Abordagem Crítica do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental. Plano Plurianual.							
OBJETIVO:							



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EGP-PNAP – EAD/UAB

REFERÊNCIAS BÁSICAS:
ALMEIDA Paulo R. A experiência brasileira em planejamento econômico : uma síntese histórica, 2004. (Mimeo).
CRISTO, Carlos Manuel Pedroso Neves. Prospectiva estratégica: instrumento para a construção do futuro e para a elaboração de políticas públicas. Revista do Serviço Público , Ano 54, n.1, jan/mar, 2003.
ETKIN, Jorge. Política, Gobierno y Gerencia de las Organizaciones . Buenos Aires: Prentice Hall, 2000.
FISCHMANN, Adalberto A.; ALMEIDA, Martinho I. R. de. Planejamento estratégico na prática . São Paulo: Atlas, 1995.
LIMA, Blanca Olias de (Coord). La Nueva Gestión Pública . Madrid: Pearson Educación S.A., 2001.
MATUS Carlos. O método PES . São Paulo: Fundap, p. 51-100, 1995.
_____. Adeus senhor presidente : governantes governados. São Paulo: Fundap, p. 19-70, 1996.
MIINTZEMBERG, Henry. Safári de estratégia . São Paulo: Bookman, 1999.
_____. Ascensão e queda do planejamento estratégico . São Paulo: Bookman, p. 183-256, 2004.
MINTZEMBERG, Henry; JORGENSE, Jan. Uma estratégia Emergente para la Política Publica. In: Gestión y Política Pública , v. 4, n. 1, México, primer semestre de 1995.
OLIVEIRA, Djalma de P. R. Planejamento estratégico : conceitos, metodologia, práticas. São Paulo: Atlas, 1988.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:
MATUS, Carlos. Política planejamento e governo . Brasília: IPEA, 1996.
OLIVEIRA, José A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. In: RAP , Rio de Janeiro, n. 40, v. 1, p. 273-88, mar/abr, 2006.

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA					
Componente Curricular:		Tipo:		Disciplina			
O Estado e os Problemas Contemporâneos		Caráter:		Obrigatória			
Semestre de Oferta:	Habilitação:	Regime:					
1º		Semestral/Modular					
Pré-Requisito:	Correquisito:	Equivalência:					
CARGA HORÁRIA							
Nº Créditos:	2	Total:	32h	Teórica:	32h	Prática:	Extensão:
EMENTA:							
Problemas de cunho socioeconômico, como os relacionados à distribuição de renda e riqueza; à geração de trabalho e renda; à inclusão social; à realização de reformas; ao aumento da transparência e da participação popular, serão, muito provavelmente, priorizados. As trajetórias das políticas públicas concernentes a esses problemas, e os efeitos da inclusão da agenda neoliberal no seu processo de elaboração, serão estudadas a partir dos instrumentos usualmente empregados para analisar a conjuntura: reformas e coalizões.							
<ul style="list-style-type: none">Tema com abrangência nacional, regional ou local definido pela Coordenação do Curso.							
OBJETIVO:							
O objetivo desta disciplina é, a partir da análise do contexto brasileiro atual, colocar em destaque problemas de natureza política, social e econômica cujo equacionamento não poderá ocorrer sem							



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EGP-PNAP – EAD/UAB

uma ativa participação do Estado; seja por intermédio de políticas públicas focalizadas, seja através da geração de um ambiente que permita um processo de negociação mais adequado entre os atores com eles envolvidos.

Uma questão a tratar é o processo, que parece estar ocorrendo, de crescente apropriação do público pelo privado. Esclarecer as características desse processo e evidenciar os procedimentos envolvidos, a partir da consideração desse tipo de problemas, é um dos objetivos da disciplina.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001. Cap. 3 “Como reformar o estado para enfrentar os desafios sociais do século XXI?”, p. 69-103.

ITUASSU Arthur; ALMEIDA Rodrigo (Org.) **O Brasil tem jeito?** Vol. 2: educação, saúde, justiça e segurança. Rio de Janeiro: Zahar, 2007

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

INSTITUTO DNA BRASIL. **50 brasileiros param para pensar a vocação do país**. São Paulo: Instituto DNA Brasil, 2005.

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA					
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina	
Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública				Caráter:		Obrigatória	
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:			
1º				Semestral/Modular			
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:			
CARGA HORÁRIA							
Nº Créditos:	2	Total:	32h	Teórica:	32h	Prática:	Extensão:
EMENTA:							
<p>As atividades de formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas vêm requerendo, em nível crescente, o uso de informações estatísticas e indicadores referidos às diferentes áreas de atuação governamental. Indicadores fornecem bases mais consistentes para justificar a demanda de recursos para um determinado projeto social a ser encaminhado a alguma instância de governo ou agência de fomento, para sustentar tecnicamente a relevância dos programas especificados nos Planos Plurianuais ou para monitorar periodicamente os efeitos da ação governamental. Diagnósticos socioeconômicos com escopo abrangente e com detalhamento geográfico adequado são insumos básicos para orientar o planejamento governamental e para formulação de programas públicos mais ajustados à natureza e gravidade dos problemas sociais vivenciados. Sistemas de Monitoramento, por sua vez, contribuem para a gestão mais eficiente dos programas sociais. Enfim, os indicadores socioeconômicos são a base informacional de Diagnósticos para Programas Sociais e Sistemas de Monitoramento.</p> <p>Além da aplicabilidade nas atividades inerentes à gestão de políticas públicas, nos últimos anos, os indicadores vêm sendo usados para conferir maior transparência, <i>accountability</i> e controle social do gasto público. Os órgãos de controle, como as controladorias e tribunais de contas, passaram a avaliar o desempenho dos programas e dos órgãos públicos com base não apenas na legalidade dos atos, mas nos indicadores de desempenho estabelecidos. Respondendo a essas demandas o IBGE, as agências e departamentos de estatísticas dos Ministérios e várias outras instituições públicas vêm</p>							



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EGP-PNAP – EAD/UAB

produzindo e organizando um conjunto mais amplo de dados e indicadores sociais, econômicos e ambientais, disponibilizando-o em diferentes suportes e formatos como publicações, CD-ROMs e aplicativos de consulta na Internet.

Conceitos básicos sobre Indicadores Sociais:

- Introdução histórica;
- Indicadores Sociais: do conceito às medidas;
- Indicadores e os diagnósticos socioeconômicos;
- Principais Pesquisas e Fontes de Dados e de Indicadores Sociais;
- Principais produtores de dados e indicadores no Brasil;
- Os Censos Demográficos;
- As Pesquisas Amostrais e Institucionais do IBGE;
- Registros Administrativos, Cadastros Públicos e Dados de Programas;
- Introdução às fontes de dados e indicadores econômicos;
- Dados e Indicadores Econômicos;
- Principais boletins de conjuntura; e
- Principais pesquisas econômicas do IBGE.

OBJETIVO:

O objetivo dessa disciplina é a de sistematizar as noções básicas e introduzir as potencialidades e limites da aplicação dos Indicadores nas diversas etapas do ciclo de formulação e avaliação de Políticas Públicas no Brasil. Ao apresentar as diferentes fontes de dados, pesquisas, relatórios sociais e sítios de informação estatística e indicadores procura-se oferecer aos estudantes os insumos básicos para elaboração de diagnósticos socioeconômicos abrangentes que subsidiam a proposição de programas sociais, bem como permitir a construção de sistemas de indicadores que viabilizem o monitoramento contínuo da ação governamental.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

FEIJÓ, C. et al. **Para entender a conjuntura econômica**. Barueri, Manole, 2008, p. 1-60.
GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH – Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira**. Est. Urbanos e Regionais, Salvador, 7 (1):73-89, 2005.
JANNUZZI, Paulo M. **Indicadores Sociais**: conceitos básicos para uso na avaliação e formulação de políticas. Campinas: Alínea 2001, p.11-63.
_____; CAVATI SOBRINHO, H. **Informação econômica no Sistema Estatístico Brasileiro**. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 15, n. 1, p. 75-90, 2005.
SANTAGADA, S. **Indicadores sociais**: uma primeira abordagem histórica. **Pensamento Plural**, Pelotas [01]: 113-142, julho/dezembro, 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CARDOSO, Regina L. S. **Elaboração de indicadores de desempenho institucional e organizacional no setor público**. São Paulo: CEPAM, 1999.
CARLEY, Michael. **Indicadores sociais**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
CASTRO, M. H. Sistemas nacionais de avaliação e informações educacionais. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 121-128, 2000.
DEDDECA, Cláudio. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. In: Oliveira, C. A. B. et al. **Economia & Trabalho**: textos básicos. Campinas. Ed. Inst. Economia/UNICAMP, 1998.
GARCIA, R. C. **Subsídios para organizar avaliações da ação governamental**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, 23-7:70,2001.



- HAKKERT, Ralph. **Fontes de dados demográficos**. Belo Horizonte, ABEP, 1996. Disponível em: <www.abep.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.
- IBGE. **Indicadores sociais municipais**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.
- _____. **Síntese de Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.
- _____. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.
- IPEA. **Boletim de Políticas Sociais**. Brasília, 2006.
- _____. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento**. Brasília, 2005. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.
- JANNUZZI, P. M.; GRACIOSO, L. A produção e a disseminação da informação estatística pelas agências estaduais no Brasil. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 16, n. 3, p. 92-103, 2002.
- JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**. Brasília 56 (2): 137-160, abr/jun 2005.
- MENDONÇA, L. E.; SOUTO DE OLIVEIRA, J. **Pobreza e desigualdade: repensando pressupostos**. Observatório da Cidadania. Rio de Janeiro, n. 5, 2001.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Indicadores de atenção básica à Saúde**. Brasília: RIPSAs, 2002.
- NAHAS, M. I. P. et al. Metodologia de construção do Índice de Qualidade urbana dos municípios brasileiros. **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu, setembro de 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_420.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2009.
- PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano**. Lisboa, 2007. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.
- RATTNER, H. **Indicadores sociais e planificação do desenvolvimento**. 2007. Disponível em: <www.abdl.org.br/rattner>. Acesso em: 22 jun. 2009.
- ROCHA, S. **Pobreza: do que se trata afinal**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 43-76.
- SCANDAR, W. J.; JANNUZZI, P. M.; SILVA, P. L. N. **Sistemas de indicadores ou indicadores sintéticos: do que precisam os gestores de programas sociais?** Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 17, n. 4, p. 1.191-1201, 2008.
- TORRES, H. G. Demografia urbana e políticas sociais. **Rev. Bras. Est. Pop.** São Paulo, v. 23, n. 1, p. 27-42, jan./jun. 2006.



9.3.2. Módulo Específico

O **Módulo Específico** em Gestão Pública é composto por 06(seis) disciplinas, perfazendo um total de **224** horas:

Quadro 4: Módulo Específico

Ord.	Disciplina	C. H.
1	Cultura e Mudança Organizacional	32
2	Comportamento Organizacional	32
3	Redes Públicas de Cooperação em Ambientes Federativos	32
4	Gestão Operacional	48
5	Gestão Logística	32
6	Plano Plurianual e Orçamento Público	48
-	TOTAL DE HORAS DO MÓDULO	224

Fonte: Equipe de Elaboração do PPC – 2022

9.3.2.1 Ementário do MÓDULO ESPECÍFICO

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA					
Componente Curricular:			Tipo:		Disciplina		
Cultura e Mudança Organizacional			Caráter:		Obrigatória		
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:			
2º				Semestral/Modular			
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:			
CARGA HORÁRIA							
Nº Créditos:	2	Total:	32h	Teórica:	32h	Prática:	Extensão:
EMENTA:							
A ideia de que a organização é em si mesma um fenômeno cultural, que varia de acordo com o estágio desenvolvimento do ambiente em que se insere, gerou a necessidade de considerar a cultura na implementação das mudanças organizacionais. Tais mudanças, originárias de fatores diversos e configurando-se em tipologias que variam em função das perspectivas de análise que são adotadas, exigem modelos de gestão centrados no entendimento de que as organizações criam suas realidades sociais. Nas organizações que constituem o aparelho do Estado, aspectos estratégicos da cultura brasileira e a dinâmica de mudanças, vivenciada no mundo contemporâneo, implicam desafios de administrar com efetividade o binômio: descontinuidades administrativas e os processos de institucionalização, vistas como sinalização do desenvolvimento cultural. A cada governo, projetos							



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EGP-PNAP – EAD/UAB

políticos, construção de governança, com respectivos projetos de mudanças, devem ser implementados considerando como críticas as resistências culturais das estruturas instaladas nos diversos órgãos que compõem a estrutura organizacional. Duas estratégias de mudanças têm sido definidas e experimentadas de forma mais intensa na administração pública, quais sejam o Desenvolvimento Organizacional – DO, continuamente reprojeto e a Aprendizagem Organizacional – AO, como iniciativa mais recente. Para qualquer uma das estratégias, no entanto, configura-se como fundamental a comunicação interna e externa, na busca de alinhamento das mudanças e comprometimento dos atores participantes. Mudanças Organizacionais: fatos geradores, tipologias e modelos básicos de gestão de mudanças. Os processos de institucionalização em órgãos públicos: a cultura brasileira, e a descontinuidade administrativa. Governabilidade, Projetos de Mudanças e resistências culturais das estruturas existentes. Mudanças, desenvolvimento organizacional e aprendizagem nas organizações públicas. Comunicação – fator estratégico na implementação de mudanças.

OBJETIVO:

A finalidade desta disciplina é dotar os alunos, do Curso de Especialização em Gestão Pública, com conhecimentos de natureza técnico instrumental, no âmbito da problemática do funcionamento organizacional, com particular destaque para os elementos da cultura e mudança organizacional, no contexto da implementação de uma governança que seja efetiva face à alternância dos projetos políticos de governos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

LIMA, Suzana Maria Valle (Org.). **Mudança Organizacional: teoria e gestão**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CLEGG, Stewart R. Tecnologia, instrumentalidade e poder nas organizações. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 32, n. 5, nov/dez. 1992.

FREITAS, Maria E. **Cultura organizacional: formação, tipologias e impactos**. São Paulo; Makron, McGraw-Hill, 1991.

_____. Cultura organizacional: grandes temas em debate. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, jul/set. 1991.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria. **Cultura e poder nas organizações**. Rio de Janeiro: Atlas, 1991.

_____. Estória, mitos heróis: cultural organizacional e relações de trabalho. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, out/dez. 1987.

HANDY, Charles. **Deuses da administração: como enfrentar as constantes mudanças da cultura organizacional**. São Paulo, Vértice, 1987.

KRAUSZ, Rosa R. **Compartilhando o poder nas organizações**. São Paulo: Nobel, 1991.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

OLIVEIRA, Marco Antônio G. **Como entender a cultura organizacional**. São Paulo: Nobel, 1988.

THÉVENET, Maurice. **Cultura de empresa, auditoria e mudança**. Tradução de Lemos Azevedo. Lisboa: Monitor, 1989.

TAVARES, Maria das Graças de Pinho. **Cultura organizacional: uma abordagem antropológica da mudança**. São Paulo. Qualitymark, 1991.

WOOD JR., Thomaz. Mudança organizacional: uma abordagem preliminar. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 32(3), jul/ago. 1992, p. 74.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EGP-PNAP – EAD/UAB

Unidade Acadêmica Responsável:				Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA				
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina		
Comportamento Organizacional				Caráter:		Obrigatória		
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:				
2º				Semestral/Modular				
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:				
CARGA HORÁRIA								
Nº Créditos:	2	Total:	32h	Teórica:	32h	Prática:		Extensão:
EMENTA:								
<p>A visão sistêmica das organizações gerou uma abordagem mais integrada das organizações, internamente e com o meio-ambiente. Assim, o comportamento organizacional teve de evoluir do que foi denominado micro, com ênfase nas estruturas e processos entre e dentro de indivíduos, pequenos grupos e seus líderes, para incluir também uma perspectiva mais macro, com ênfase nas estruturas e processos, entre e dentro dos grandes subsistemas, organizações e seus ambientes. Para o serviço público, poder e cultura são tratados de forma a implementar culturas de “processo”, capazes de sustentar o desenvolvimento de redes federativas, dentre outras, por meio de processos de institucionalização cada vez mais complexos. Para enfrentar esse desafio novos modelos de gestão devem ser discutidos, novos desenhos organizacionais devem ser experimentados em um contexto formalizado de estruturas organizacionais sedimentadas em uma lógica hierárquica vertical limitada à construção da ordem interna. Os conflitos que se instalam do embate permanente/situacional nessas reestruturações passaram a exigir negociações e tomadas de decisões participativas, de forma constante, em vários níveis de atuação. Finalmente, questões de poder, autoridade e liderança exigem tratamento técnico de forma aprofundada em cada uma das características do líder: traço pessoal, orientação de comportamento ou estilo de gestão.</p> <ul style="list-style-type: none">• Abrangência do CO, micro, meso e macrocomportamento organizacional, no fortalecimento da governança das organizações.• Poder e Cultura na institucionalização das redes organizacionais federativas.• Modelos de Gestão e os desenhos organizacionais nas organizações públicas.• Conflito e negociação no desenvolvimento da governança.• Poder, autoridade e teorias abrangentes de liderança.								
OBJETIVO:								
Esta disciplina visa dotar os alunos com conhecimentos de natureza técnico-instrumental relativos à problemática do funcionamento organizacional, com particular destaque para os elementos de natureza comportamental no contexto do desenvolvimento de uma governança auto-sustentável face à valorização dos ambientes externos das organizações.								
REFERÊNCIAS BÁSICAS:								
ROBBINS, Stephen P. Comportamento organizacional . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.								
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:								
BOWDITCH, James L.; BUONO Anthony F. Elementos de Comportamento Organizacional . São Paulo: Pioneira, 1992.								
DAFT, Richard L. Organizações Teorias e Projetos . São Paulo: Pioneira. Thomson Learning, 2002.								
MORGAN, Gareth. Imagens da Organização . Atlas. São Paulo, 1996.								



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EGP-PNAP – EAD/UAB

NADLER, David A.; GERSTEIN, Marc; SHAW, Robert B. **Arquitetura Organizacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA						
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina		
Redes Públicas de Cooperação em Ambientes Federativos				Caráter:		Obrigatória		
Semestre de Oferta:		Habilitação:			Regime:			
2º					Semestral/Modular			
Pré-Requisito:		Correquisito:			Equivalência:			
CARGA HORÁRIA								
Nº Créditos:	2	Total:	32h	Teórica:	32h	Prática:	Extensão:	
EMENTA:								
OBJETIVO:								
Desenvolvimento regional. Conceito e organização de redes. Estrutura, funcionamento e propriedades das redes. A colaboração entre estados e prefeituras para buscar ação grupal com vistas ao desenvolvimento sustentável, à preservação ecológica, ao respeito cultural e à equidade social. A transmissão do capital social (ou doenças transmissíveis) nas redes comunitárias. A estrutura ou a arquitetura mais eficiente para uma rede de organizações. Consórcios intermunicipais. Casos de redes estaduais e municipais. Alianças e parcerias. Concessões. PPPs. Consórcios.								
REFERÊNCIAS BÁSICAS:								
BAKER, Wayne. The network organization in theory and practice. In: NOHRIA, Nitin; ECCLES, Robert G. (Ed.) Networks and organizations: structure, form, and action . Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1992, p. 397-429.								
CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (Coords.) Arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico . Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.								
MEYER-STAMER, Jörg. Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, políticas de localização e competitividade sistêmica . Fundação Friedrich Ebert Stiftung. Policy Paper n. 28, setembro de 2001, São Paulo, 2001.								
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:								
MILES, Raymond E.; SNOW, Charles C. Network organizations: new concepts for new forms. In: California management review . California, vol. XXVIII, n. 3, p. 62-73, spring 1986.								
TEIXEIRA, Francisco (Org.). Gestão de Redes de Cooperação Interempresariais . São Paulo: Casa da Qualidade, 2004.								

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA						
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina		
Gestão Operacional				Caráter:		Obrigatória		
Semestre de Oferta:		Habilitação:			Regime:			
2º					Semestral/Modular			
Pré-Requisito:		Correquisito:			Equivalência:			
CARGA HORÁRIA								



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EGP-PNAP – EAD/UAB

Nº Créditos:	3	Total:	48h	Teórica:	48h	Prática:		Extensão:	
EMENTA:									
<p>Em complementação ao controle das ações executadas, pelos diversos agentes, que hoje são realizadas pelos órgãos do Estado, faz-se necessário preparar os gestores públicos para implementar estruturas e mecanismos que torne viável e efetivo o controle dessas ações também pela sociedade. Em função não só das exigências de controle para prestação de contas dos órgãos da administração públicas, como aquelas mencionadas anteriormente, mas também para gerar informações que permitam a definição das retroalimentações dos planos em vigência, o gestor deve se voltar para o gerenciamento da ação propriamente dita, seja de natureza contínua atribuída pelo arcabouço legal normativo – os processos, como também aquela de natureza situacional – os projetos. Gerenciar esse conjunto heterogêneo de ações implica exercer, com competência, gestões voltadas para o equilíbrio dinâmico da carga x capacidade que são consideradas as variáveis de importância e urgência das demandas do plano e as restrições operacionais das infraestruturas de recursos e meios, normalmente sujeitos ao rigor de arcabouço legal normativo dos sistemas estruturadores das áreas de apoio (meio). Nesse contexto também há a necessidade de ferramentas específicas para o gerenciamento da conformidade legal e normativa, das ações e seus produtos e resultados e para o gerenciamento de risco operacional inerente a fatores contingenciais que afetam sobremaneira as organizações públicas, a exemplo dos contingenciamentos orçamentários. Finalmente, consta que além dos órgãos de controle da estrutura do legislativo, configura-se como cada vez mais necessária, no próprio executivo, a realização de atividades do ciclo de gestão referentes ao acompanhamento, avaliação e controle da execução. Para que sejam viabilizadas corretivas imediatas e transparentes para sociedade, os sistemas de informação e comunicação – TICs têm se mostrado como imprescindíveis.</p> <ul style="list-style-type: none">• Controle pela Sociedade e pelo Estado e a prestação de contas da administração pública.• A gestão de processos e projetos e os dispositivos normativos dos sistemas estruturadores das áreas de apoio à execução.• Gestão de Demanda e de Capacidade instalada na prestação de serviços públicos.• Gestão de conformidade e de riscos operacionais face às restrições de recursos.• Controladoria e Sistemas de Informações – o uso intensivo de soluções de TIC internamente e nas relações com agentes, intervenientes e sociedade em geral.									
OBJETIVO:									
<p>O que se pretende com esta disciplina, do Curso de Especialização em Gestão Pública, é dotar os participantes com conhecimentos de natureza técnico instrumental, no âmbito da problemática do funcionamento organizacional, com particular destaque para elementos que viabilizam a execução do plano de ação, sejam eles caracterizados como contínuos ou situacionais no contexto das estruturas públicas e sociais de acompanhamento, avaliação e controle voltados para: (1) a conformidade das ações realizadas e (2) a aprendizagem relativamente ao Plano.</p>									
REFERÊNCIAS BÁSICAS:									
<p>MAXIMIANO Antonio César Amaru. Administração de Projetos. São Paulo: Atlas, 2002. BEUREN. Ilse Maria. O Papel da controladoria no processo de gestão. In: SCHMIDT, Paulo. Controladoria: agregando valor para a empresa. Porto Alegre: Bookman, 2002. Cap. 1, p. 15-38. FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo César. Controladoria: teoria e prática. São Paulo; Atlas, 1993. FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. Administração de Serviços. Bookman. Porto Alegre. 2000.</p>									



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EGP-PNAP – EAD/UAB

LAUDON, Kenneth C; LAUDON, Jane Price. **Sistemas de informações**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
ROBBINS, Stephen P. **O processo administrativo**: integrando a teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1980.
VALERIANO, Dalton L. **Gerência em projetos**. São Paulo: Makron Books, 1998.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

MIRANDA, Luiz Carlos; SILVA, José Dionísio Gomes da. Medição de desempenho. In: SCHMIDT, Paulo. **Controladoria**: uma abordagem da gestão econômica. São Paulo: Atlas, 1999.
OLIVEIRA, Luis Martins de. **Controladoria**: conceitos e aplicações. São Paulo: Futura, 1998.

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA					
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina	
Gestão Logística				Caráter:		Obrigatória	
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:			
2º				Semestral/Modular			
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:			
CARGA HORÁRIA							
Nº Créditos:	2	Total:	32h	Teórica:	32h	Prática:	Extensão:
EMENTA:							
Introdução à Logística. Caracterização das Atividades Primárias e Secundárias da Logística. Nível de Serviço Logístico. Gestão de Compras. Gestão de Estoques. Processo de Negociação com Fornecedores.							
OBJETIVO:							
REFERÊNCIAS BÁSICAS:							
ARNOLD, J. R. Tony. Administração de materiais . São Paulo: Atlas, 2002. BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos : planejamento, organização e logística empresarial. Porto Alegre: Bookman, 2001. BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J. Logística Empresarial : o processo de integração da cadeia de suprimento. São Paulo: Atlas, 2001. CHRISTOPHER, Martin. O Marketing da Logística . São Paulo: Futura, 1999. DIAS, Marcos Aurélio P. Administração de Materiais . São Paulo: Atlas, 1996. MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais . São Paulo: Saraiva, 2002. NOVAES, Antônio Galvão. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição : estratégia, operação e avaliação. Rio de Janeiro: Campus, 2001. VIANA, João José. Administração de Materiais : um enfoque. São Paulo: Atlas, 2001. Referências Complementares ARAÚJO, J. S. de. Almoxarifados : administração e organização. São Paulo: Atlas, 1981. _____. Administração de materiais . São Paulo: Atlas, 1997. _____. Administração de compras e armazenamento . São Paulo: Atlas, 1998. BALLOU, Ronald H. Logística Empresarial . São Paulo. Atlas, 1993. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88) . São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.							
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:							



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EGP-PNAP – EAD/UAB

_____. **Lei de Licitações nº 8.666/93**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

_____. **Lei nº 101/2000**, de Responsabilidade Fiscal (CF/88). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

DIAS, M. A. P. **Administração de materiais**: uma edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. **Administração de materiais**: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas 1998.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2003.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Lino Martins da. **Manual de Contabilidade Pública**: um Enfoque Administrativo. São Paulo: Atlas, 2004.

ROSA, Márcio Fernando Elias. **Direito administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2006.

VIANA, João José. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 2002.

Unidade Acadêmica Responsável:			Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA					
Componente Curricular:			Tipo:			Disciplina		
Plano Plurianual e Orçamento Público			Caráter:			Obrigatória		
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:				
2º				Semestral/Modular				
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:				
CARGA HORÁRIA								
Nº Créditos:	3	Total:	48h	Teórica:	48h	Prática:		Extensão:
EMENTA:								
<p>Uma das tarefas mais importantes de um gerenciamento operacional alinhado às orientações políticas de governo é cuidar do financiamento do plano estratégico de ações, considerando um conjunto de instrumentos definidos em arcabouço legal normativo integrado. Um dos instrumentos é um plano operacional, derivado do plano estratégico, com abrangência para o mandato do gestor do executivo. O controle desse plano não deve somente retroalimentar o plano estratégico, mas também embasar a definição dos recursos orçamentários necessários ao âmbito público. O orçamento público, sua elaboração, aprovação e gestão, exigem conhecimentos bastante aprofundados do ciclo orçamentário e também a implementação de um sistema de informações que o integre às etapas financeira e contábil, do ciclo de gestão das receitas e despesas. Por estar sustentado em arcabouço legal formado pelas leis orçamentárias, esse instrumento está sujeito à gestão compartilhada de poderes distintos – Legislativo e Executivo – o que faz do orçamento um instrumento de sinalização concreta da capacidade governativa dos órgãos públicos. Por fim, convém destacar que o embate político mencionado anteriormente deve ser acompanhado, se necessário, por revisão das políticas públicas vigentes e ampla disseminação de informações aos demais atores, em particular, à sociedade, para que o controle a ser exercido por ela esteja sustentado em definições atualizadas das prioridades do governo.</p> <ul style="list-style-type: none">• Instrumentos de Gestão do Estado: PPA, LDO, LOA e LRF. Definições conceituais, lógica de interação entre os instrumentos, visão sistêmica externa e governabilidade.• PPA: função e componentes, gestão do plano, o uso de indicadores de resultados e suportes de sistemas informacionais.• Orçamentos públicos: evolução histórica e tendências futuras de inovação e sistemas informacionais de apoio à gestão.								



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EGP-PNAP – EAD/UAB

<ul style="list-style-type: none">• A LDO e LOA a base legal do orçamento público: princípios orçamentários, vedações constitucionais.• O orçamento no legislativo e as ementas parlamentares; o orçamento no executivo e os contingenciamentos orçamentários; impactos na capacidade governativa e nas políticas públicas.
OBJETIVO:
Esta disciplina visa dotar os alunos do Curso de Especialização em Gestão pública com conhecimentos de natureza técnico-instrumental, no âmbito do funcionamento organizacional, com particular destaque para os instrumentos de gestão do Estado, no contexto não só do financiamento da capacidade governativa do plano, mas também da revisão das políticas de governo.
REFERÊNCIAS BÁSICAS:
GIACOMONI, James. Orçamento Público . São Paulo: Atlas, 2005.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:
ARRETCHE, Marta. Federalismo e Políticas Fiscais no Brasil : problemas de coordenação e autonomia. São Paulo: Perspectiva, 2004.
BIN, D.; CASTOR, B. V. J. Racionalidade e Política no Processo Decisório: estudo sobre orçamento em uma Organização Estatal. In: Revista de Administração Contemporânea , v. 11, n. 3, jul/set. 2007 p. 35-56.
LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas , n. 26, jun/dez, 2003.
SIQUEIRA, Thales R. O Modelo de Gestão dos Planos Plurianuais : um estudo de caso. Dissertação de mestrado apresentada no Instituto de Ciência Política da UNB. 2006.
SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: Sociologias . Porto Alegre, ano 8, n. 16, julho/dezembro, 2006. p. 20-45.
SOUZA, Celina. Construção e Consolidação de Instituições Democráticas: papel do orçamento participativo. In: São Paulo em Perspectiva , São Paulo, vol. 15, n. 4, p. 84-97, dezembro de 2001.

10. ESTRUTURA ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA

O Curso de Especialização em Gestão Pública em EaD possui o envolvimento dos seguintes atores:

- **estudante** matriculado no curso;
- **professores autores**, responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA));
- **professores formadores**, responsáveis pela oferta das disciplinas;
- **professores pesquisadores**, vinculados a programas de pós-graduação da UFCA, ou a projetos de pesquisa;



- **tutores**, responsáveis por acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada; e
- **equipe de apoio**, responsável pela operacionalização da infraestrutura tecnológica e logística.

10.1. Educação a Distância

A Educação a Distância, assim como expresso no art. 1º do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, é compreendida como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis e que desenvolve atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

Por ensino a distância neste curso compreende-se o sistema educativo em que os envolvidos estão separados fisicamente e/ou temporalmente, de forma que o processo de ensino, as informações e os esclarecimentos se dão por meio de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TICs).

O curso EGP-EAD visa a oferta de uma formação privilegiando o aspecto qualitativo.

Deste modo serão abordados os temas que são exigidos pelas normas para que a oferta em EaD ocorra de forma adequada: I. Metodologia; II - Atividades de tutoria; III - Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA; e IV - Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC, dentre outros aspectos. São pressupostos básicos a que o PPC deve atender, a partir da política institucional para a modalidade a distância que deve estar articulada com o PDI, visando contemplar o alinhamento da base tecnológica institucional com o projeto, observando a formação pretendida para os discentes e considerando as condições reais da localidade de oferta.



O curso EGP-EAD da UFCA, ofertará o componente curricular (disciplina obrigatória), Introdução à Educação a Distância. Esta disciplina é ofertada no primeiro módulo e é essencial ao curso, uma vez que o discente, para um bom desenvolvimento da sua formação na modalidade EaD, necessita contar com os domínios básicos do ambiente virtual de aprendizagem em que ocorrerá a oferta e noções de EaD.

A disciplina poderá ser ministrada por docente do curso ou por docente convidado ou selecionado pelo CEAD. A disciplina Introdução à EaD será ofertada como primeira atividade do curso, sendo esta uma iniciativa para facilitar a ambientação do estudante na turma.

Com os objetivos de: compreender o conceito de EaD como modalidade de ensino, suas especificidades, definições e evolução ao longo do tempo; Ambientação na Plataforma Moodle; Participação do discente em comunidades virtuais de aprendizagem; Conhecer as regras de convivência para participação em comunidades virtuais e as ferramentas de comunicação: emoticons, netiqueta, clareza, citações e diretrizes de feedback; Participar de atividades de ambientação no Moodle e experimentar seus recursos e ferramentas como forma de viabilizar sua participação como aluno virtual em disciplinas posteriores do seu Curso Virtual.

A oferta de atividades presenciais no curso deve observar o limite máximo de 30% (trinta por cento) da carga horária total do curso, ressalvadas a carga horária referente ao estágio obrigatório e as especificidades previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Deste modo, a equipe do curso tenta atentar para este importante aspecto que repercute na modalidade de oferta.

10.2. Tecnologias da Informação e Comunicação

As tecnologias de informação e comunicação adotadas no processo de ensino aprendizagem no curso buscam garantir a acessibilidade digital e comunicacional dos envolvidos no processo, promover a interatividade entre docentes, discentes e tutores,



assegurar o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar e possibilitar experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.

O mecanismo de interação é fator fundamental e é composto pelo conjunto de estruturas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) e os respectivos procedimentos e as formas de utilização que caracterizam a dinâmica da comunicação e da interação entre os sujeitos envolvidos nos processos acadêmicos e de ensino e aprendizagem. As TIC's utilizadas representam recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas.

O curso buscará subsídios ao fortalecimento das TICs utilizadas, junto aos organismos e normas que tratam sobre a infraestrutura, administração e utilização de plataforma para desenvolvimento das atividades de ensino a distância no âmbito da UFCA.

10.3. Equipe multidisciplinar

A equipe de recursos humanos multidisciplinar que atuará no curso é composta pelo corpo docente (professores formadores), tutores e demais integrantes da estrutura da UAB-UFCA e pessoal técnico-administrativo, este último com funções de apoio administrativo e funções técnicas para produção e manutenção das TIC utilizadas no curso.

A equipe de docentes será composta por servidores efetivos da UFCA, ou por meio de editais específicos, tendo em vista atender a integralidade das atividades previstas no curso, sendo readequada a distribuição de carga horária docente ao final de cada semestre e a iniciar o seguinte. Este processo é realizado pela coordenação do curso.

Professores tutores, formadores e conteudistas serão selecionados via editais públicos.

A equipe multidisciplinar poderá ser composta dos seguintes atores, sendo do próprio curso ou comuns ao CEAD/UFCA:

- Assistente Administrativo (TAE) (um);



- Analista de Sistemas (um);
- Diagramador (um);
- Design Instrucional (um);
- Web Design (um);
- Suporte de Rede (um);
- Docentes que atuam na Gestão e desenvolvimento do Curso;
- Bibliotecário ou auxiliar de biblioteca (um).
- Ainda: Pessoal de segurança; de manutenção e limpeza.

10.4. Programa de capacitação e atualização da equipe multidisciplinar

A capacitação dos profissionais envolvidos no curso ocorrerá com a realização dos seguintes cursos e que integrarão o Programa de Capacitação e Atualização da Equipe Multidisciplinar do Curso EGP-EAD da UFCA.

- I. Curso – Plataforma Moodle (ava.ufca.edu.br): Obrigatório para todos os envolvidos no curso: CEAD/PROGEP;
- II. Produção dos Materiais – (Para professores conteudistas, formadores e professores curadores): CEAD/PROGEP;
- III. Formação de Tutores: CEAD/PROGEP;
- IV. Formação em Gestão de Educação a Distância. Curso para pessoal técnico-administrativo e de coordenação, até mesmo acadêmica, para a gestão dos processos estratégicos, logísticos e operacionais do Curso EAD. Poderá ser mantido como oferta contínua, com material autoinstrucional e apoio pela Internet para a equipe de gerenciamento e execução administrativa do Curso EGP: CEAD/PROGEP;
- V. Formação de pessoal Técnico/Administrativo. Curso sobre a estrutura e o projeto político-pedagógico do curso, bem como sobre o Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado: CEAD/PROGEP.

A política prevista de capacitação e formação continuada para o corpo docente, técnico-administrativo e tutores presenciais e a distância do curso possibilitará a



participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional e a qualificação acadêmica na graduação e/ou em programas de pós-graduação, com práticas regulamentadas.

10.5. Docentes que participam da gestão do curso

Quadro 5: Indicação dos professores com respectivas qualificações

PROFESSOR	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Diego de Sousa Guerra	Graduação: Administração, UECE (2009).	40h/DE
	Mestrado: Administração, UECE (2011).	
	Doutorado: Administração, FGV/EAESP (2021).	
Domenico Ceglia	Graduação: Business Administration, Università degli Studi di Firenze (2010).	40h/DE
	Mestrado: Administração e Controladoria, UFC (2015).	
	Doutorado: Administração, UFRGS (2020).	
Elias Pereira Lopes Júnior	Graduação: Administração, UECE (2007).	40h/DE
	Mestrado: Administração, UECE (2016).	
	Doutorado: Administração, FGV/EAESP (2010).	
Francisco Germano Carvalho Lúcio	Graduação: Ciências Econômicas, UFC (2014).	40h/DE
	Mestrado: Economia, UFC/CAEN (2017).	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EGP-PNAP – EAD/UAB

	Doutorado: Economia, UFC/CAEN (2021).	
Geovani de Oliveira Tavares	Graduação: Direito, UFC (1990)	40h/DE
	Mestrado: Direito, UFC (2000)	
	Doutorado: Desenvolvimento Regional, UNB (2020)	
Hugo Azevedo Rangel de Moraes	Graduação: Ciências Contábeis, UERN (2008).	40h/DE
	Mestrado: Administração, UFRN (2016).	
	Doutorado:	
Marcone Venâncio da Silva	Graduação: Ciência Contábeis, UNIFOR (1988).	40h/DE
	Mestrado: Controladoria, UFC (2006).	
	Doutorado:	
Mateus Ferreira	Graduação: Administração, UFC (2011)	40h/DE
	Mestrado: Administração, FGV/EAESP (2014).	
	Doutorado: Administração, FGV/EAESP (2017).	
Milton Jarbas Rodrigues Chagas	Graduação: Ciências Contábeis, UEPB (2003).	40h/DE
	Mestrado: Ciências Contábeis UNB/UFPB/UFRN (2011).	
	Doutorado: Desenvolvimento Sustentável, UNB (2020).	
Paulo Henrique Leal	Graduação: Ciências Contábeis, FJN (2013) e em Agronomia, UFCA (2021).	40h/DE
	Mestrado: Administração e	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EGP-PNAP – EAD/UAB

	Controladoria, UFC (2016).	
	Doutorado: Ciências Contábeis, UFPE (2022).	
Ricardo Aladim Monteiro	Graduação: Ciências Contábeis, UFRN (2008) e em Administração, UNP (2019).	40h/DE
	Mestrado: Administração, UNP (2016).	
	Doutorado: Administração, USCS (...2023).	
Rodolfo Jakov Saraiva Lôbo	Graduação: Administração, UNILEÃO (2007)	40h/DE
	Mestrado: Administração, UECE (2010).	
	Doutorado: Administração, FGV/EAESP (2016).	
Sérgio Henrique de Oliveira Lima	Graduação: Administração, UFC (2012); Telemática, IFCE (2005).	40h/DE
	Mestrado: Administração e Controladoria, UFC (2015).	
	Doutorado: Administração e Controladoria, UFC (2020).	

Fonte: Equipe de Elaboração do PPC – 2022

Além do quadro efetivo, com formação na área de Administração, Contabilidade e Finanças, o Curso EGP-EAD conta com a colaboração de outros docentes, responsáveis por ministrar disciplinas de outras áreas do conhecimento.

Na formatação atual no PPC, o corpo docente informado no quadro acima compôs a equipe proponente. Como sabemos a composição do quadro docente e de tutores depende de editais específicos no âmbito da UAB/CAPES. Portanto, o quadro 5, acima, poderá ser alterado em virtude das seleções que ocorrerão. Nesse caso foge à



amplitude da Resolução interna da UFCA, com relação aos percentuais de doutores e mestres exigidos na norma vigente.

11. INFRAESTRUTURA E PROCESSO DE GESTÃO ACADÊMICO ADMINISTRATIVA

O curso utilizará as instalações físicas da sede e dos polos de apoio presencial. A sede e cada polo de apoio presencial deverão atender às exigências da UAB, inclusive com relação à infraestrutura de tecnologias, internet, bibliotecas, sala com computadores e acessibilidade.

11.1. Rede comunicacional

O curso estabelece uma rede comunicacional que possibilita a ligação do Curso/Polo com a UFCA e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física e acadêmica, com a garantia de:

- manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- eleição e designação de coordenador e vice-coordenador que se responsabiliza pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- manutenção dos Núcleos Tecnológicos na UFCA (DTI) e no Polo (NT - Polo), que deem suporte à rede comunicacional prevista para o curso;
- organização de apoio logístico de transporte de profissionais e materiais da UFCA ao Polo e deste para a UFCA; e
- organização de um sistema comunicacional ágil e eficiente entre o Polo e a UFCA.

11.2. Produção de material didático



O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico do curso.

O material didático do curso deverá ser disponibilizado aos discentes, elaborado ou validado pela equipe pedagógica, permitindo desenvolver a formação objetivada neste projeto, considerando sua abrangência, aprofundamento e coerência teórica; sua acessibilidade metodológica e instrumental e a adequação das referências às exigências da formação, prevendo linguagem inclusiva e acessível, com recursos comprovadamente inovadores.

O curso implantará um processo de controle de produção e distribuição de material didático a ser utilizado em todo o percurso formativo do estudante. Este controle deverá estar formalizado, atender à demanda e possuir plano de contingência para a garantia de continuidade de funcionamento e disporá de um sistema informatizado de acompanhamento para gerenciamento dos processos, com uso de indicadores bem definidos.

Este controle será feito em parceria com o SIBI da UFCA, de forma que docentes, discentes e tutores saibam como o material físico e digital está acessível e como pode ser essa disponibilização (Portal, biblioteca, sites específicos, drives em nuvem etc.).

A estrutura pedagógica do Curso EGP-EAD, com relação ao conteúdo didático-pedagógico, conta com os seguintes atores:

Professores Autores e Professores Curadores do material didático-pedagógico. O material produzido constituirá de *kits* pedagógicos e precedem, antes de sua inserção/uso no AVA da autorização pelo(s) Professore(s) Curador(es) do Curso ou coordenação.

Todos os atores da estrutura pedagógica do curso têm como função básica assistir ao estudante, acompanhá-lo e motivá-lo ao aprendizado.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EGP-PNAP – EAD/UAB**

O sistema de controle de produção e distribuição de material didático previsto para o curso considerará o atendimento da demanda, a existência de uma equipe técnica multidisciplinar responsável, estratégias que possibilitem a acessibilidade comunicacional, disponibilização por diferentes mídias, suportes e linguagens, plano de atualização do material didático e apoio à produção de material autoral pelo corpo docente.



11.3. Sistema de Tutoria

A tutoria no Curso EGP-EAD da UFCA como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático do curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância, por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único. O tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão, com os professores formadores, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra; que dificuldades apresenta; se ele coloca-se em atitude de questionamento reconstrutivo; se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade; se reconstrói conhecimentos; se é capaz de relacionar teoria-prática; se consulta referências de apoio; se realiza as tarefas e exercícios propostos; como estuda; quando busca orientação; se ele relaciona-se com outros estudantes para estudar; se participa de organizações ligadas à sua formação profissionais ou a movimentos sociais locais.



Além disso, o tutor deve, neste processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos dos aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pelo CEAD antes do início do curso e ao longo do curso.

Como os recursos para interlocução poderão ser utilizados:

Ambiente Virtual, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;

- Videoaulas;
- Telefone;
- E-mail;
- *Meets* online; e
- Redes Sociais autorizadas.

11.4. Encontros presenciais

Os encontros presenciais são motivos de amplo planejamento, envolvendo os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso.

Entre as atividades a serem contempladas incluem-se avaliação do desempenho discente, apresentação de palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, defesa de TCC, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica.

Conforme o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 é obrigatória a previsão de momentos presenciais em cursos a distância. O Curso EGP-EAD, atendendo ao que determina a legislação vigente, terá cerca de oitenta por cento (80%) de sua carga horária básica desenvolvida a distância e vinte por cento (20%) em atividades



presenciais, dos quais 60% com apoio tutorial e 40% voltados para estudos independentes, ou seja, 6,4 horas de encontro presencial para cada 32 horas da disciplina.

Projetam-se 03 (três) momentos de integração presencial: um no início da disciplina, um no meio e outro ao final, para a realização da avaliação presencial. Esses momentos ocorrerão em auditório nas cidades consideradas como polos de integração presencial, devendo ser realizados aos sábados e/ou domingos.

O tempo de duração média desses encontros é de 08 horas, comportando duas disciplinas por encontro. Nesses encontros, todos os integrantes terão condições de continuar, presencialmente, alguns diálogos tratados em meio virtual. A resultante de aprendizagem desses encontros tende a estimular as discussões ou a amadurecer aqueles diálogos que já estavam ocorrendo.

Alguns encontros presenciais poderão utilizar a tecnologia da web e/ou videoconferência. Os encontros realizados através desse procedimento em geral também tendem a integrar mais intensamente os participantes entre si e com seus professores. Para tais encontros, será utilizada a estrutura das Infovias do Estado que já está consolidada e integrada nos processos de aprendizagem. Estes encontros receberão um maior aporte pedagógico para que se possa utilizar mais intensamente os diversos recursos possíveis através do uso desse meio.

O recurso da web ou videoconferência poderá ser utilizado para cumprir algumas das etapas presenciais do curso, porque cumpre as exigências de flexibilidade na oferta e na construção do conhecimento. O CEAD e o curso deverão avaliar os meios alternativos e os impactos orçamentários e pedagógicos relativos ao uso da teleconferência e das abordagens presenciais tradicionais.

A web ou videoconferência é um meio de realização da Educação a Distância que vai possibilitar contato com grande nível de interatividade e troca direta em tempo real (síncrona) entre os participantes. A integração proporcionada pela web ou videoconferência dá condição mais direta de troca intelectual, uma vez que mantém o



elemento de construção oral das ideias e a possibilidade associada da imagem. Além dessas características, a web ou videoconferência apresenta a vantagem de integrar visualmente diversos pontos que fisicamente teriam maior dificuldade de contato.

Na web ou videoconferência, as aulas ao vivo, com duração média de 2h, serão transmitidas pela internet, de modo interativo, para os polos nos municípios conveniados. Nesta oportunidade, os alunos contarão com a participação de professores e monitores. Essas web ou videoconferências serão gravadas e constituirão um acervo a ser disponibilizado aos polos, de forma a atender alunos que as desejarem consultar.

Os encontros presenciais serão realizados no polo presencial ou usando as tecnologias com preparação prévia pelos coordenadores do curso, docentes, discentes e equipe de apoio presencial: Docente presencial, tutores presencial e a distância, suporte CEAD/DTI para equipamentos, internet, conexões, além dos serviços (em caso de avaliações, provas, apresentações, eventos presenciais), de vigilância, apoio material, limpeza e manutenção do local (banheiros, iluminação, recepção, outros). Ao final de cada encontro os responsáveis pelo local deverão preencher e assinar checklist de abertura e fechamento do local.

11.5. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

As atividades de interação entre professor e aluno mediadas por tecnologias serão realizadas durante o desenvolvimento/oferta dos componentes curriculares do curso. A interação professor/aluno acontecerá no ambiente virtual de ensino e aprendizagem (AVA) institucional suportado pela plataforma Moodle, com realização de atividades online tais como envios de tarefas, fóruns de discussão, questionários objetivos e/ou dissertativos, enquetes, wikis, glossários, estudos de caso, portfólios, entre outros. A utilização do Moodle para os ambientes virtuais de ensino-aprendizagem dos componentes curriculares é obrigatória.



A integração do AVA com o SIGAA, possibilitará a interação entre docentes, discentes e tutores e a gestão e registros acadêmicos diversos, de forma integrada, sem necessidades de implementações “extras” aos processos, possibilitando uma interface entre as duas plataformas.

Portanto, o curso deverá atender para o fato de que a oferta de componentes curriculares junto ao Ambiente Virtual de Aprendizagem deverá apresentar materiais, recursos e tecnologias apropriadas, que permitam desenvolver a cooperação entre tutores, discentes e docentes; a reflexão sobre o conteúdo dos componentes curriculares e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional.

Ao final de cada oferta, a equipe envolvida deverá avaliar essa oferta, documentar e intervir, de forma que resulte em ações de melhoria contínua. Para iniciar a oferta de cada componente curricular do curso, a equipe docente e de tutores e após definir toda a fase de planejamento da oferta no AVA, solicitará a abertura da sala virtual junto ao CEAD.

O planejamento tem início com a adequação do Plano de Ensino do componente à modalidade. O Sistema Oficial de Registro continua sendo o SIGAA. Nesse ponto os resultados avaliativos dos estudantes e da turma devem estar compatibilizados nos dois sistemas: SIGAA e AVA.

Compete à equipe tecnológica do CEAD o apoio técnico no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) institucional MOODLE, em parceria com a DTI-UFCA.

No planejamento e posterior criação da sala virtual do componente curricular do curso serão observados dois importantes instrumentos: O Plano de Ensino do componente e o Mapa de Atividades ou Matriz D.E. (Planejamento e Design Educacional). O CEAD emitirá orientações específicas para que o docente e curso utilize tais instrumentais. Outro componente essencial é a métrica a ser utilizada na composição de cargas horárias na EaD. Sugere-se a leitura: <https://pergamum.ifbaiano.edu.br/pergamumweb/vinculos/00003c/00003c0a.pdf>.

Acesso em 19.01.22.



12. DIRETRIZES DE AVALIAÇÃO

12.1. Avaliação institucional

A avaliação é entendida como atividade política que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não só análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também as dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Gestão Pública.

A avaliação institucional do curso tem como principal objetivo garantir a qualidade deste. Deverá ser realizada regularmente. Trata-se de uma avaliação voltada para o processo de manutenção deste curso e possibilitar a geração de novos. Nessa avaliação, serão considerados:

- ✓ Integralização curricular, enfatizando a interdisciplinaridade e a integração entre as disciplinas;
- ✓ Integração entre teoria e prática nas disciplinas;
- ✓ Correspondência do currículo às habilidades e ao perfil profissional;
- ✓ Atividades complementares: grau de detalhamento e distribuição da carga horária;
- ✓ Área de concentração/especialização;
- ✓ Interação das atividades de ensino com a pesquisa e a extensão;
- ✓ Oferta de disciplinas além do conteúdo mínimo;
- ✓ Cumprimento efetivo dos conteúdos programáticos;
- ✓ Atualização dos programas;
- ✓ Integração com a pós-graduação, quando houver;
- ✓ Grau de atendimento do projeto pedagógico do curso às condições e às perspectivas do mercado de trabalho regional e às demandas gerais da sociedade.



12.2. Avaliação dos subsistemas de EAD

A avaliação dos subsistemas de EaD presentes no curso tem por objetivo controlar e aprimorar as etapas do processo pedagógico para garantir o alcance dos objetivos propostos para o curso.

Para tanto, será aplicada a avaliação 360 graus, de forma continuada, realizada pelos atores do processo ensino-aprendizagem, entre eles, estudantes, professores tutores, professores conteudistas, professores formadores e coordenadores do curso, contemplando os seguintes aspectos:

- desempenho do estudante;
- desempenho dos professores-tutores;
- desempenho dos professores formadores;
- adequação do sistema de tutoria;
- adequação do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- qualidade do material impresso e da multimídia interativa;
- qualidade e adequação do atendimento administrativo;
- desempenho da coordenação do curso; e
- eficácia do programa.

Como instrumentos de avaliação serão utilizados: Instrumentais elaborados e aprovados pelo colegiado do curso e aplicados anualmente.

A estrutura de EaD projetada para o curso possibilita a integração das ações dos atores de EaD, permitindo controle e sinergia no processo ensino-aprendizagem, assim como a prática de acompanhamento efetivo do estudante e sua avaliação em dimensão sistêmica e continuada.

Os resultados das avaliações deverão ser utilizados com a função de retroalimentar os subsistemas de EaD objetivando o aprimoramento e novos patamares de qualidade e eficácia.



12.3. Avaliação de aprendizagem

Os estudantes serão avaliados de acordo com o Regulamento dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Cariri, aprovado pela resolução nº 04/CONSUP, de 13 de janeiro de 2017.

O processo de avaliação de aprendizagem na Educação a Distância, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da Educação a Distância deve ser a de obter dos estudantes não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas sim a capacidade de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

Segundo, porque no contexto da EaD o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por este motivo, faz-se necessário desenvolver método de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- ✓ buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e com os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- ✓ obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- ✓ desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

A avaliação do rendimento acadêmico discente será feita por componente curricular (disciplina), abrangendo sempre os aspectos de assiduidade e eficiência, ambos eliminatórios.

A avaliação da eficiência do aluno seguirá as seguintes normas:

- a) As avaliações serão realizadas por disciplina, através de provas, trabalhos individuais, coletivos, entre outros; cujo resultado deverá ser a média das notas das atividades;



b) O docente poderá exigir trabalhos individual e coletivo, sendo obrigatório no mínimo 1 (uma) atividade individual;

c) No caso de trabalho coletivo, a equipe deverá ter no máximo 3 (três) membros;

d) No caso de trabalho individual ou coletivo para o período de recesso, os mesmos deverão ser entregues impreterivelmente no prazo de 7 (sete) dias corridos após concluída a disciplina;

e) Após concluídas todas as disciplinas do curso, é obrigatório, também, a apresentação de um trabalho individual de conclusão do curso, nas formas previstas neste projeto, para a obtenção do título de especialista.

Haverá também junto ao discente, uma avaliação sobre a disciplina e o desempenho do docente. A avaliação acontecerá no decorrer da disciplina (nas de 32h) e ao seu final (nas de 16h e de 32h) procurando corrigir distorções e verificar o atendimento das necessidades dos alunos.

Ressalta-se, entre outros, que serão observados em relação à qualidade dos serviços prestados, os seguintes aspectos: pontualidade, assiduidade, cumprimento do programa com adoção de plano de aula, objetividade e coerência das informações com a realidade profissional, carga horária e cronograma.

12.4. Trabalho de Conclusão de Curso

O trabalho de conclusão do curso (TCC) é requisito obrigatório para obtenção do certificado de especialista. Será realizado/apresentado ao final do curso e totaliza **32** horas de carga horária. Constitui-se o TCC na elaboração de um trabalho de conclusão de curso: Monografia, artigo científico ou relatório técnico-científico.

O Trabalho de Conclusão de Curso pode ser desenvolvido em equipe de 2 (dois) a 3 (três) estudantes. O Coordenador do curso convocará os estudantes para fornecer



informações sobre o regulamento do TCC, esclarecer dúvidas e recolher os temas e distribuir com os prováveis orientadores.

O TCC é uma atividade curricular obrigatória que considera no seu desenvolvimento a sua carga horária, as formas de apresentação pelos discentes, a orientação e coordenação adequadas a este componente, a divulgação no AVA e outros meios, utilizando-se manuais atualizados de apoio à produção dos trabalhos e a disponibilização dos TCC's produzidos pelos discentes em repositórios institucionais próprios, acessíveis pela internet. O trabalho de conclusão de curso também poderá ser orientado por meio da plataforma institucional AVA.

12.5. Atividades Complementares

As **Atividades Complementares** serão desenvolvidas durante todo período de formação dos estudantes. As atividades são fundamentadas pelo Regulamento dos Cursos de Graduação da UFCA (Art. 30).

O discente do curso terá que desenvolver pelo menos **32 horas** de atividades complementares durante sua graduação para fins de complementação curricular.

13. PROCESSO DE COMUNICAÇÃO-INTERAÇÃO ENTRE OS PARTICIPANTES

Em função de uma das principais características do ensino a distância, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizam o processo de comunicação e troca de informação nas suas formas síncrona e assíncrona.

As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação síncrona serão: telefone, *chat* do *google*, *webconferência*, *google meet*, *whatsapp*, vídeo chamadas, etc.).

Como processos de comunicação diacrônicos ou assíncronas serão utilizados: fóruns, e-mails, videoaulas gravadas, atividades a serem postadas, etc.



Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação sincrônica e diacrônica e será orientada pelo tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal e o que se espera dele naquela atividade.

Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do Curso EGP-EAD pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor-formador.

14. REFERÊNCIAS

- AMARAL, V. L. **Tão Longe, tão perto**: experimentando o diálogo a distância. 2002. Tese. (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.
- ARDIFF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BARROS, Aidil de Jesus Paes; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de Pesquisa**. 15ª. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2004.
- BADDELEY, A. D. (1986). **Working memory**. Oxford: Oxford University Press.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio**: Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, 1998.
- _____. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia – CNCST**. Brasília: 2016, 3ª Edição.
- _____. Lei N° 13.185. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm. Acesso em: 08 dez. 2016.
- _____. **PCN+ Ensino Médio**: Orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, 2002.
- COSTA, M. M. M.; PORTO, R. As práticas restaurativas nas escolas enquanto política pública de prevenção e enfrentamento ao bullying a partir de uma análise do projeto de lei de nº 5.369-e/2009. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/viewFile/14257/2699>. Acesso em: 07. Dez. 2016.



- DEMO, Pedro. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. 10ª. ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Biblioteca da educação. Série 1. v. 14)
- ELLIOT, J. Recolocando a pesquisa-ação em seu lugar original e próprio. In: PEREIRA, A. (Org.). **Cartografia do Trabalho Docente**. Campinas: Mercado de Letras do Brasil, ALB, 1998, p.137-152.
- FAZENDA, Ivani C. A. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 4ª edição. Campinas: Papirus, 1994.
- _____. **Integração e interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro**: efetividade ou ideologia. São Paulo: Edições Loyola, 1979.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GARCIA ARETIO, Lorenzo. **La educación a distancia**: de la teoría a la práctica. Barcelona: Editora Ariel, 2002.
- GAUTHIER, Clermont et al. **Por uma Teoria da Pedagogia**: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente. Trad. Francisco Pereira de Lima. Ijuí: UNIJUÍ, 1998.
- GIROUX, H. **Críticas e Resistências em Educação**. Petrópolis: Vozes, 1986. HERNANDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho**: o conhecimento é um caleidoscópio. 5ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- HOFFMANN, J.M.L. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1995.
- LUCK, Heloisa. **Pedagogia interdisciplinar**: fundamentos teóricos metodológicos. 1ª edição. São Paulo: Vozes. 1994.
- LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.
- MAYER, R. E. **Multimedia learning**. New York: Cambridge University Press, 2001.
- MOREIRA, Marco Antônio. **Aprendizagem Significativa**. Brasília: Editora da UnB, 1999.
- NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: Nóvoa, A.(coord.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: D.Quixote/IIE, 1992.pp.15-34..
- PERRENOUD, Phillipe. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação**: perspectivas sociológicas. Lisboa: Dom Quixote, 1994.
- MELO, M., & Miranda, G. L. (2015). **Learning electrical circuits: The effects of the 4C/ID instructional approach in the acquisition and transfer of knowledge**. Journal of Information Technology Education:Research, 14, 313- 337.
- MAYER, R. E. (2001). **Multimedia learning**. New York: Cambridge University Press.
- PIMENTA, Selma Garrido. (Org.). **Didática e Formação de Professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal**. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. **Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar**. Porto: Porto, 1995.
- _____. **Avaliação. Da Excelência à Regulação das Aprendizagens**. Porto Alegre: Artmed, 1999a.
- _____. **Construir as Competências desde a Escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999b.
- _____. **Pedagogia Diferenciada**. Porto Alegre: Artmed, 1999c.
- _____. **Dez Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: Artmed.



- RAMALHO, B.; NUÑEZ, I. B.; GAUTHIER, C. **Formar o professor. Profissionalizar o ensino: perspectivas e desafios.** Porto Alegre: Sulina, 2003.
- SANJUAN, Fernanda [et al.]. **Diretrizes teóricas e práticas para a produção dos materiais didáticos escritos da EaD do IF Baiano.** Salvador: s.n., 2021. 99 p. Vários autores. Disponível em:
<https://pergamum.ifbaiano.edu.br/pergamumweb/vinculos/00003c/00003c0a.pdf>.
Acesso em: 19 de jan. 2022.
- SANT'ANNA, I. M. **Por que avaliar? Como Avaliar?** critérios e instrumentos. Petrópolis: Vozes, 1995.
- SCHÖN, D. Formar professores como profissionais reflexivos. In A. Nóvoa (Org.), **Os professores e a sua formação.** Lisboa: D. Quixote/IIIE, 1992.
- STENHOUSE, L. **La Investigación como base de La enseñanza.** Madrid: Ediciones Moratas, S. A., 1987.
- SWELLER, J., & CHANDLER, P. Cognitive load theory and the format of instruction: cognition and instruction. Research Online, 1991.
- Universidade Federal do Cariri (UFCA). **Orientações para a estruturação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de graduação da UFCA.** Juazeiro do Norte: Pró-Reitoria de Ensino, 2014.
- Universidade Federal do Cariri (UFCA). **Regulamento dos Cursos de Graduação.** Juazeiro do Norte: Pró-Reitoria de Graduação, 2018.
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRS, IFRN. **Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Gestão Pública.** Natal/RN, 2012.
- Programa Nacional de Formação em Adm. Pública, PNAP. **Projeto Pedagógico Nacional do Curso de Especialização em Gestão Pública.** Brasília, 2018.
- VIEIRA, F. (1995). **A autonomia na aprendizagem das línguas.** In **Ciências da educação: Investigação e acção,** Actas do II Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Porto: SPCE. Vol. I, pp. 235-243.
- WIGGINS, Grant. (1990) **The case for authentic assessment.** In: Practical Assessment, Research & Evaluation, 2(2). Disponível em:
<http://PAREonline.net/getvn.asp?v=2&n=2>. Acesso em: 14 abr 2010.
- ZEICHNER, K. **A formação reflexiva de professores: Ideias e práticas.** Lisboa: Educa, 1993.
- VAN MERRIËNBOER, J.J.G. (1997). **Training complex cognitive skills: a four-omponent instructional design model for technical training.** Englewood cliffs. New Jersey: Educational Technology Publications.
- REIGELUTH, C.M., Stein, F.S. (1983). **The elaboration theory of instruction. Instructional design theories and models: an overview of their current states.** Hillsdale: Lawrence Erlbaum.
- VAN MERRIËNBOER, J. J., Kirschner, P. A., & Kester, L. (2010). **Taking the load off a learner's mind: instructional design for complex learning.** Educational Psychologist.
- PAIVIO, A. (1986). **Mental representations: a dual coding approach.** Oxford: Oxford University Press.



SWELLER, J. (2004). **Instructional design consequences of an analogy between evolution by natural selection and human cognitive architecture**. Netherlands: Kluwer Academic Publisher.

VAN MERRIËNBOER, J. J., & Kester, L. (2005). **The four-component instructional design model: multimedia principles in environments for complex learning**. New York: University Press.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX